

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MESTRADO) – UEPB/UFCG

DILEMAS E PROBLEMAS DA INDÚSTRIA NA PARAÍBA: LEITURAS DAS PERCEPÇÕES DE GESTORES E EMPRESÁRIOS

ANDREZA DANTAS ALBUQUERQUE

CAMPINA GRANDE - PB
ABRIL/2014

ANDREZA DANTAS ALBUQUERQUE

DILEMAS E PROBLEMAS DA INDÚSTRIA NA PARAÍBA: LEITURAS DAS PERCEPÇÕES DE GESTORES E EMPRESÁRIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB), como requisitos à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional, sob orientação do Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa.

CAMPINA GRANDE – PB ABRIL/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A345d Albuquerque, Andreza Dantas.

Dilemas e problemas da indústria na Paraíba [manuscrito] : leituras das percepções de gestores e empresários / Andreza Dantas Albuquerque. - 2014.

81 p. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

Indústria. 2. Desenvolvimento industrial. 3.
 Desenvolvimento econômico. 4. Economia paraibana. I. Título.
 21. ed. CDD 338.0981

ANDREZA DANTAS ALBUQUERQUE

DILEMAS E PROBLEMAS DA INDÚSTRIA NA PARAÍBA: LEITURAS DAS PERCEPÇÕES DE GESTORES E EMPRESÁRIOS

Dissertação apresentada em 29/04/2014

and the

123

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

(Orientador)

Prof. Dr. Hermes Magalhães Tavares (IPPUR/UFRJ)

(Examinador Externo)

Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

(Membro interno)

CAMPINA GRANDE - PB

ABRIL/2014

RESUMO

O presente trabalho expõe os resultados de uma investigação sobre os dilemas e desafios da indústria na Paraíba, tomando como objeto empírico a percepção de empresários e do governo estadual. O objetivo é investigar a percepção dos atores sobre os principais desafios do processo de industrialização na Paraíba. Metodologicamente, a pesquisa tem caráter qualitativo, com amostragem não probabilística, no qual os atores ouvidos foram escolhidos intencionalmente entre grupos de empresários dos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Itaporanga, Sousa e Cajazeiras. Ao todo, além do vice-governador da Paraíba e do presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, 14 empresários foram entrevistados, com a intenção de compreender qual o significado e o papel que tais atores atribuem à industrialização no processo de desenvolvimento do estado, e que fatores (internos e externos ao governo e empresários) favorecem e/ou limitam o desenvolvimento da indústria paraibana. Entre os entraves mencionados pelos atores industriais foi possível categorizar, devido a maior incidência de registro, a ausência de uma política de industrialização como sendo um dos maiores desafios para o desenvolvimento industrial do Estado. Associado a isso foi possível mensurar: 1) restrita oferta de serviços voltados à indústria; 2) Infraestrutura deficiente; 3) Falta de água e os impactos econômicos do período da seca; 4) Recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente; 5) Questões tributárias e trabalhistas.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria; Problemas; Crescimento; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This paper presents the results of an investigation into the dilemmas and challenges of the industry in Paraíba, taking as empirical object perception of entrepreneurs and the state government. The objective is to investigate the perceptions of stakeholders on the main challenges of the process of industrialization in Paraíba. Methodologically, the research is qualitative, with non-probability sampling, in which the actors ears were intentionally selected among business groups of João Pessoa, Campina Grande, Patos, Itaporanga, Sousa and Cajazeiras. Altogether, besides the deputy governor of Paraíba and president of the Federation of Industries of Paraíba, 14 entrepreneurs were interviewed, with the intention of understanding the meaning and the role that these actors attribute to industrialization in the state development process and what factors (internal and external to the government and entrepreneurs) favor and / or limit the development of Paraiba industry. Among the barriers cited by industry players was possible to categorize due to higher incidence of record, the absence of a policy of industrialization as one of the greatest challenges for the industrial development of the State. Associated with this was possible to measure: 1) limited supply of services for the industry; 2) poor infrastructure; 3) Lack of water and the economic impacts of the dry season; 4) Human resources with limited or insufficient educational qualification; 5) tax and labor issues.

KEYWORDS: Industry; Problems; Growth; Economic Development.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Mesorregiões, População e PIB - Base ano de 2010	35
TABELA 2 - Indústrias por atividade	36
TABELA 3 – Taxa de crescimento real da composição do Produto Interno Bruto do	
Estado da Paraíba 2002-2010	40
TABELA 4 – Composição percentual do Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba	
2002-2010	41

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Distribuição espacial da indústria paraibana – Aglomerados	
industriais		34
FIGURA 2 -	Distribuição espacial das empresas entrevistadas	45
FIGURA 3 –	Distribuição espacial das universidades públicas, institutos federais	
educação tecr	ológica para a indústria na Paraíba	63

AGRADECIMENTOS

Engana-se aquele que pensa que escrever uma dissertação é uma tarefa solitária. Aí de nós, mestrandos, se não fossem os amigos e a família. Foi ao lado deles que comemorei a aprovação e hoje louvamos a finalização de mais um ciclo.

Se hoje sou mestre em Desenvolvimento Regional agradeço ao querido professor Dr. Antônio Roberto Faustino, pelo incentivo para que eu me inscrever-se na seleção 2012 do MDR. Agradeço também a banca da seleção que acreditou a mim o potencial para desenvolver uma pesquisa que correspondesse aos anseios do Programa.

Se hoje sou mestre atribuo isso ao apoio do meu orientador, Dr. Cidoval Morais de Sousa, que assumiu a responsabilidade de me mostrar os caminhos para pensar o Desenvolvimento Regional. O obrigada é dedicado também ao co-orientador desta pesquisa, Dr. Hermes Magalhães Tavares, por sua contribuição na construção desta dissertação.

Se hoje sou mestre é por que contei com o apoio dos amigos da turma Claudio Dias, Taciana Porto e Marta Emília. Cada um destes amigos contribuiu para que eu conseguisse a serenidade necessária para continuar.

Finalizo, estendendo os agradecimentos aos amigos da Pró-reitoria de Pós-graduação e da Assessoria de Comunicação da UEPB, e a todos os professores do PPGDR.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
 A INDÚSTRIA DA PARAÍBA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMEN 	OTV
REGIONAL DO BRASIL	. 14
1.1 A Paraíba industrial do século XIX aos anos 1980: os engenhos, a pecuária	e o
algodão	13
1.2 A estratégia brasileira de integração das economias regionais dos anos 1930 a década de 1980 e	suas
implicações na economia da Paraíba.	
 PERFIL INDUSTRIAL DA PARAÍBA: EVOLUÇÃO E DESAFIOS RETRATADOS I 	
INDICADORES RECENTES	32
2.1 A Paraíba industrial	
2.2 A participação dos setores têxtil e calçadista na construção do perfil industrial	da
Paraíba	
2.3Indicadores socioeconômicos	37
3. DESAFIOS PARA O CRESCIMETO: A VISÃO DE DIVERSOS ATORES SOBRE	
PRINCIPAIS ENTRAVES DA INDÚSTRIA PARAIBANA	
3.1 Perfil das empresas	42
3.1.1. Grupo Elizabeth	
3.1.2. SOS Oxigênio e gases do ar.	
3.1.3. Calçados Bebezinho.	
3.1.4. DONNA Calçados	
3.1.5.Moinho Patoense	
3.1.6. Produtos de limpeza Quasar.	
3.1.7. MC Flanelas	
3.1.8 DANTEX	
3.1.9. ITATEX	
3.1.10.Sabão Ituano	
3.1.11. FRANCOCO	
3.1.12. DOCES RIO VERDE	
3.1.13. LUTTY	
3.1.14. SANTEX	
3.2. A indústria paraibana na concepção dos gestores	
3.2.1. Panorama Industrial	
3.2.2. Política industrial	
3.3. A ótica do empresariado local sobre os entraves que limitam o crescimento industrial	
Paraíba	
3.3.1. Recursos humanos e oferta de cursos de qualificação profissional	
3.3.2. Infraestrutura do ambiente industrial do Estado	
3.3.3. Água	
3.3.4. Financiamentos, Incentivos Fiscais e legislações	
3.3.5. Política industrial	.70
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5. REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

O conjunto da indústria nordestina é caracterizado como tradicional devido sua especialização na produção de bens de consumo não duráveis. Uma indústria que apesar de uma expressiva participação na dinâmica agroexportadora nacional nasceu das necessidades locais, voltadas para atender ao mercado consumidor regional, nacional. Com o Estado da Paraíba não foi diferente, seu perfil industrial foi construído ao longo dessa trajetória nordestina agroexportadora fomentadora do mercado interno.

No período recente o acumulado da economia nordestina tem apresentado indicadores de crescimento, da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Nordeste e do aumento da renda, e a indústria saiu favorecida principalmente por está voltada para atender as demandas de seu mercado interno, produzindo calçados, confecções e alimentos. No entanto, não foram todos os nove estados que compõe a região (Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Bahia, Piauí, Pernambuco e Alagoas) que saíram igualmente favorecidos com esse crescimento.

O crescimento veio para as metrópoles nordestinas, enquanto outros estados encontrarse em um provável panorama de regressão e letargia econômica em relação às demais economias industriais da região, como é o caso do Estado da Paraíba. De quarta maior economia nordestina em 1999, a Paraíba representa hoje o sexto lugar entre as economias da região, PIB per capita abaixo da média da regional e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os cinco piores do país. Fragilidade que justifica uma analise, requer investigação.

Estudos recentes sobre a economia paraibana destacam os possíveis fatores que estariam contribuindo para o provável panorama econômico do Estado, seriam eles: pequena integração com a economia brasileira, elevada concentração de riquezas e renda, visto que 53% do PIB estadual concentram-se em apenas uma mesorregião, a Zona da Mata, área de influência da capital, João Pessoa e sua região metropolitana, e a baixa participação do setor moderno e de alta tecnologia na dinâmica da cadeia produtiva da indústria.

Diante da problemática, a dissertação que aqui se apresenta insere-se no contexto dos estudos mais recentes sobre a industrialização no Nordeste, particularmente, na Paraíba e tem no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UEPB um novo lócus de

organização e articulação da comunidade de pesquisa interessada no tema. Os primeiros projetos de investigação do programa contemplaram questões como o papel dos incentivos fiscais no processo de industrialização (SILVA, 2012) e a dinâmica da indústria têxtil, de médio porte, no sertão do Estado (ARAUJO, 2013).

Já este trabalho apresenta duas particularidades: (1) embora se mantendo alinhado à temática, tem como objeto a percepção da realidade do setor pelo olhar de três atores importantes: o Estado, a Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) e os próprios empresários; (2) e no processamento das análises, o confronto dessa percepção com a realidade pontificada pela literatura acadêmica, produzida nos últimos anos.

Reconhecidos estes contornos, conduzimos a pesquisa com o objetivo de identificar e analisar a percepção que o governo e empresários tem do setor industrial na Paraíba, com ênfase para quatro questões fundamentais: primeiro, que fatores (internos e externos a governo e empresários) favorecem e/ou limitam o desenvolvimento da indústria no Estado? Em quais pontos governo e empresários se aproximam (ao menos em discurso, quais são os pontos convergentes) e em que questões tencionam? É possível identificar nos discursos de ambos os atores ao menos indícios de uma política industrial? Quais seriam suas características?

Do ponto de vista metodológico, o trabalho tem enfoque qualitativo e utiliza amostra não probabilística intencional. Nesse tipo de amostragem, o pesquisador usa o seu julgamento para selecionar entre os membros da população estudada, quais seriam as fontes de informação capazes de trazer resultados razoáveis.

Metodologicamente, a pesquisa de campo foi construída em dois momentos: primeiramente, buscou-se identificar a localização espacial da indústria da Paraíba. Tal levantamento foi possível a partir do censo industrial realizado pela FIEP e que nos auxiliou na delimitação espacial dos atores que seriam ouvidos como fonte para nossa discussão. A partir de então, selecionamos a cidade de João Pessoa, como representante do aglomerado da Mata Paraibana, Campina Grande, no Agreste, e os municípios de Patos, Itaporanga, Sousa e Cajazeiras, como representantes do Sertão. Ao todo, 14 empresários foram entrevistados. Na seção três deste trabalho é apresentado o perfil das empresas analisadas.

Com exceção das cidades de Itaporanga e João Pessoa, as quais necessitaram de contato prévio antes da concessão das entrevistas, as abordagens de apresentação como pesquisadora e o objetivo da pesquisa ocorreram sempre no primeiro contato. Nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Patos e Campina Grande a estratégia foi a mesma, nos dirigimos aos distritos industriais das respectivas cidades. Em Itaporanga, devido à dificuldade logística dos

pesquisadores de chegarem ao município, foi feito um primeiro contato, por e-mail, com a secretária de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho do município e empresária do segmento têxtil, para agendamento das entrevistas que ocorreram dias após os primeiros contatos. Em João Pessoa também houve necessidade de agendamento das entrevistas de acordo com a disponibilidade dos empresários. Com os gestores enviamos ofício apresentando a pesquisa e solicitando a participação da FIEP e o poder executivo estadual.

Além desta introdução, este trabalho contém três capítulos. O primeiro deles traz o contexto histórico do processo industrial da Paraíba, desde as primeiras manufaturas do período colonial até as primeiras décadas do século XX. A exposição tem o propósito de compreender, pela ótica do pensamento econômico brasileiro, o papel que ao longo dos anos foi atribuído à indústria no processo de desenvolvimento do estado.

O segundo capítulo, além de apresentar o perfil industrial, expõe o quadro socioeconômico da Paraíba. E a partir da literatura, mapeia os principais desafios para o desenvolvimento do processo de industrialização do estado.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta a percepção do governo Estadual, dos empresários e da FIEP, como entidade representativa do setor industrial, sobre os principais desafios do processo de industrialização na Paraíba. Busca-se, de um lado, compreender como os atores envolvidos nesse processo percebem os desafios do setor industrial que vem limitando essa área de apresentar resultados mais expressivos. Os discursos dos empresários estão expostos nas seguintes categorias: Serviço para a indústria; Recursos humanos e qualificação profissional; Infraestrutura; Água; Financiamentos, Incentivos Fiscais e Legislações; e por fim, Política Industrial. Já o discurso dos gestores está apresentado em duas categorias: Panorama industrial e Política Industrial.

1. A INDÚSTRIA DA PARAÍBA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL

Este primeiro capítulo resgata na literatura o histórico do desenvolvimento industrial da Paraíba anterior a 1930, prosseguindo sua investigação pelas décadas seguintes, a fim de mensurar como o estado inseriu-se nas políticas de integração das economias regionais ao longo do século XX. A exposição tem o propósito de compreender, pela leitura do pensamento econômico brasileiro, o significado e o papel que se atribui à industrialização no processo de desenvolvimento do estado.

1.1. A Paraíba industrial do século XIX aos anos 1980: os engenhos, a pecuária e o algodão

O início da produção açucareira na Paraíba data de 1587 com o Engenho Real, localizado às margens do rio Tibiri, onde hoje se situa o município de Santa Rita que compõe a região Metropolitana de João Pessoa, a capital do Estado. Estima-se que em 1654 a capitania da Paraíba contava com aproximadamente 22 engenhos, destes, 90% se encontravam entre a mesorregião da Zona da Mata e a microrregião do Brejo (OLIVEIRA, 2007).

Os locais de beneficiamento da cana-de-açúcar, matéria-prima do açúcar, da cachaça e da rapadura eram compostos por moenda, caldeiras e fornalhas, que em sua maioria utilizavam da tração animal ou rodas de água como fonte de energia motriz. O que tornava a atividade pré-industrial açucareira como algo semelhante a uma atividade artesanal mais do que propriamente industrial, como descreve Gareis (1994, p. 38):

Os engenhos de açúcar, as primeiras fábricas da época, eram estabelecimentos de pequeno porte e importância, tanto em relação ao número de trabalhadores, quanto também pela produção e pelos investimentos que se faziam para sua implantação. Todavia, para a época, os engenhos representavam unidades de grande importância e exigiam investimentos significativos.

A prática foi responsável por proporcionar o advento do mercado interno, impulsionando, assim, a instalação de indústrias domésticas para atender as demandas mais urgentes, tais como, vestuários para os escravos e sacos para empacotar o açúcar a ser exportado, por exemplo. Como expõe Furtado (2004, p. 60), a atividade açucareira do Nordeste fez surgir "um mercado capaz de justificar a existência de outras atividades econômicas".

A formação desse mercado interno foi fundamental para o desenvolvimento industrial não só na Paraíba, mas também na região Nordeste. Mesmo durante a proibição pela Corte Portuguesa do estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil, as indústrias domésticas eram vistas como necessárias para o funcionamento do engenho e o abastecimento das províncias. Como veremos mais adiante, saíram favorecidos aqueles que investiram na pecuária e no algodão.

Por mais de 200 anos a agroindústria açucareira prosperou como economia exportadora, no entanto, a atividade conviveu com altos e baixos. As disputas por território entre portugueses e holandeses, estes que chegaram a ocupar o Nordeste e assumirem a atividade açucareira por 24 anos, foi o pontapé para o início da crise açucareira como mercadoria para exportação. Com a partida dos holandeses das terras brasileiras, os invasores passaram a produzir açúcar nas Antilhas para concorrer com a colônia portuguesa no mercado europeu. Dava-se início a secular crise açucareira, que mesmo com a modernização das indústrias de açúcar no final do século XIX que passavam também a ser refinado no país, não conseguiria ser tão rentável como no início do seu ciclo apenas como artigo manufaturado (GALLIZA, 1993).

Na Paraíba mesmo com a participação de cinco usinas em efetiva produção no final do século XIX, o açúcar não tinha mais a mesma força como atividade econômica de exportação, pois já tinha perdido espaço para a comercialização do algodão e do couro que cresciam no Agreste e Sertão, impulsionado pela necessidade de abastecimento não só os engenhos, como também a cidade que se formou no litoral.

Galliza (1993) sinaliza que a decaída da atividade econômica açucareira e o fim do trabalho escravo proporcionaram não apenas o deslocamento da cadeia produtiva, naturalmente a população tendeu a migrar do litoral para o interior na intenção de atuar na pecuária extensiva, na produção de alimentos e do algodão. Essa cadeia produtiva vem formar a economia de subsistência na região, dessa forma, o que se produz para a venda é também utilizado para a alimentação do agricultor.

No momento inicial desse ciclo, a pecuária tem maior importância como fonte de alimento do que monetária, mesmo assim, o seu subproduto, o couro, destaca-se como elemento de maior ou única fonte de renda (FURTADO, 2004).

"A civilização do couro", como descreve Kehrle e Moutinho (2005), passava a utilizar o couro como única ou principal matéria-prima, devido ao encarecimento daquilo que não era produzido localmente. Manuseado de maneira artesanal, o couro começou a ser utilizado para

a fabricação de calçados e objetos de trabalho dos vaqueiros, a exemplo dos gibões, perneiras, luvas, e a fabricação de selas e apetrechos de montaria.

Como atividade industrial, o couro da Paraíba só vem ganhar destaque no final dos anos de 1940 e 1950, quando o estado se destacou na região Nordeste, tanto na produção calçadista e de artefatos de couro, como na exportação do couro para outras regiões. Mas é nos anos de 1980 que esse segmento da indústria vem ganhar maior visibilidade nos índices econômicos do estado, devido ao estímulo da produção pecuária em consequência da crise do algodão nesta década.

Já a cultura do algodão, segundo elemento do ciclo da economia de subsistência a ganhar importância financeira, se desenvolveu principalmente nas mesorregiões do Agreste e Sertão da Paraíba e se colocou como principal atividade rentável para a exportação. O crescimento da cotonicultura paraibana ocorreu em dois momentos distintos, primeiro no Brasil império, por volta do ano de 1850 e depois no início do século XX, quando a Paraíba chegou a ser a maior exportadora de algodão do país (SILVA, 2012).

Esse primeiro estágio de crescimento da exportação do algodão se deu em virtude da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, país que era o maior fornecedor de algodão para as indústrias têxtil da Inglaterra e que durante a guerra interrompeu o fornecimento para os ingleses. A privação do algodão americano no mercado inglês contribuiu para o aumento da produção algodoeira no interior do Nordeste, beneficiando a Paraíba. Gomes (2012) descreve que no intervalo entre os anos de 1862 e 1871, estabeleceu-se um vertiginoso aumento da exportação do algodão no estado, que em 1862 comercializava aproximadamente 220 mil arrobas, com o mercado internacional, passando a alcançar em 1871 número superior a 681 mil arrobas. Um crescimento no volume de exportação que correspondeu a mais de 200%.

O algodão representa, de fato, a inserção do Nordeste e da Paraíba em uma nova conjuntura, que ultrapassa o mercantilismo representado pela cana de açúcar e apresenta um novo paradigma da divisão do trabalho e da produção alocando o Brasil e o Nordeste como um fornecedor de matérias primas às potências industriais. (GOMES, et al, 2012, p. 11).

Mas com o fim das restrições ao algodão norte-americano, o algodão paraibano voltou a uma "posição marginal no mercado internacional", tendo uma nova oportunidade com a Revolução Industrial inglesa no final do século XIX. Mesmo passando por um sucessivo ciclo de retração e expansão, a cotonicultura representou avanços para a Paraíba que passou a descentralizar suas atividades econômicas da região litorânea em direção as outras regiões do estado. Nesse sentido, a economia do algodão foi fundamental também para o processo de formação da população do interior da Paraíba.

Pode se afirmar que a produção algodoeira associada à pecuária foram fundamentais para o desenvolvimento da vida urbana no interior. Campina Grande, por sua privilegiada localização entre o litoral e o Sertão do estado, foi uma das cidades que teve o seu processo de ocupação e crescimento diretamente ligado a comercialização da produção algodoeira. A estratégica localização do município impulsionou a comunicação terrestre e o comércio entre a cidade de João Pessoa e o interior do estado.

O mencionado comércio de algodão dos ingleses com a Paraíba proporcionou a instalação da linha férrea que ligava a cidade de Campina Grande à capital pernambucana, Recife. Para os comerciantes, escoar e comercializar a produção do algodão paraibano por Pernambuco era mais vantajoso por este ser o estado que centralizava a dinâmica economia regional, por possuir porto, e serviços financeiros e comerciais em escalas mais vantajosas que a capital da Paraíba (GAREIS, 1994). Em consequência da chegada da Ferrovia, em 1907, Campina Grande passa a ser a segunda maior exportadora de algodão do mundo. O que levou a cidade a um desenvolvimento econômico superior ao da economia de João Pessoa (SILVA, 2012).

As indústrias implantadas nesse período na Paraíba estavam diretamente ligadas ao beneficiamento de algodão. A "pluma" servia de matéria-prima para a indústria têxtil, enquanto que o "caroço" permitia a produção de óleo. Como descreve Farias (2012), nessa fase começam a serem utilizados na produção os primeiros artefatos mecânicos movidos à eletricidade, importados da Inglaterra, voltados para o descaroçamento e a extração do óleo do caroço do algodão. Neste misto de economia agroexportadora e economia de subsistência, o primeiro Censo Industrial do Brasil datado de 1920 aponta que a Paraíba possuía 93 estabelecimentos industriais que empregavam pouco mais de 3 mil pessoas (GAREIS, 1994).

Com o esforço de modernização na forma de beneficiar e distribuir o algodão chegam na Paraíba, a partir dos anos de 1930, as primeiras grandes indústrias de beneficiamento do algodão. As multinacionais que se instalaram nesse período vieram atraídas por incentivos que eram oferecidos no âmbito estadual e municipal. Foi o caso das empresas SANBRA e a Anderson Clayton, que se instalaram em Campina Grande, como destaca Farias (2012):

O avanço das forças produtivas no beneficiamento e na distribuição do algodão na Paraíba, notadamente a partir da década de 1930, coincidiu com a entrada de grandes empresas internacionais no circuito de produção, a exemplo da SANBRA, Anderson Clayton e Machine Cotton. As referidas empresas possuíam grande capacidade de produção em virtude de disporem de objetos técnicos mais performantes, porque eram mais modernos do que os modestos descaroçadores existentes anteriormente. (FARIAS, 2012, p. 23).

Ao mesmo tempo em que a chegada das indústrias estrangeiras simbolizava modernização, representava também impactos negativos para o comércio do algodão no estado. Com a chegada das indústrias, muitos dos 800 descaroçadores pequenos que estavam instalados em 1935 fecharam por não conseguirem modernizar-se para concorrer com as multinacionais. Ainda na década de 1930 a indústria têxtil paulista iria superar a paraibana, que também será superada pela produção do Ceará, como frisa Farias (2012):

Em 1936, o estado de São Paulo passou a ocupar o primeiro lugar e a Paraíba, o segundo, na produção nacional de algodão. Na década de 1940, a Paraíba perdeu o posto de principal produtora de algodão do Nordeste para o Ceará. (FARIAS, 2012, p. 25).

Ainda segundo o autor, começa então o declínio de mais uma atividade econômica com base na agroindústria, que praticamente foi extinta na década de 1980, devido à praga do Bicudo nas lavouras de algodão do sertão.

A falência da cotonicultura paraibana aniquilou completamente a indústria de beneficiamento do algodão em importantes cidades da Paraíba, como Campina Grande (no Agreste), Patos, Sousa e Cajazeiras (no Sertão). Enfim, transformou o Estado de exportador em importador de algodão de outras regiões (Oeste da Bahia, por exemplo), para o consumo de algumas indústrias têxteis que se instalaram, atraídas por incentivos fiscais, em seu território, a exemplo da EMBRATEX. (FARIAS, 2012, p.31).

Como citado, nesse período o processo se inverte, de exportador, a Paraíba passa a importar o algodão para suprir a demanda da indústria têxtil que resistia a crise, em muitos dos casos, por estarem protegidas pela dinâmica dos incentivos fiscais vigentes.

Os entraves enfrentados pelos produtores e comerciantes de algodão são reflexos da situação no qual se encontrava a economia paraibana durante as primeiras décadas do século XX. Assim como os demais estados nordestinos, a economia paraibana vinha enfrentando ciclos de crises que tiveram início com a retração da comercialização do açúcar, esses ciclos agravaram-se por se apoiar em uma economia de subsistência (cotonicultura e pecuária) que apesar de ser voltada para abastecer o mercado interno, conseguiu espaço como agroexportadora. Mas, essa abertura não foi o suficiente para a economia paraibana firmar-se no mercado internacional, voltando sempre a uma cultura para atender ao mercado local.

Outro ponto fundamental para entender a situação econômica do Nordeste entre os anos de 1900 a 1950 é o fato de a região apresentar 56,46% de seu território inserido na zona Semiárida, com temperaturas médias de 27°C e altas taxas de evapotranspiração, que caracteriza o problema da escassez hídrica da região. (INSA, 2012). Fatores climáticos, que apesar de serem típicos de territórios semiáridos, foram ignorados durante a divisão espacial

das relações econômicas desde o período colonial. As terras úmidas do litoral foram destinadas as grandes plantações de cana-de-açúcar, já as terras semiáridas passaram a ser responsáveis por boa parte da produção de alimentos e criação de animais para consumo e para atuarem nos engenhos. Como descreve Albuquerque Junior (1995, p. 113), "grande parte da população dessa área havia se refugiado no setor de subsistência, que é mais vulnerável aos efeitos da calamidade climática".

Quando a região era atingida por um ciclo de baixa pluviosidade, era na organização social baseada na agricultura de subsistência que se concentravam os impactos da escassez hídrica. Essa organização social se caracterizava pela forma de relação entre os donos das terras - que disponibilizavam parte de sua propriedade aos agricultores que cultivavam feijão, milho e algodão - e os agricultores que tinham que fornecer metade, um terço ou um quarto de tudo que era produzido como forma de pagamento aos proprietários das terras "arrendadas". Essa estrutura era bastante comum, principalmente nos municípios do interior do Nordeste, e era ela que sustentava a produção do algodão e a atividade pecuária.

A figura do coronel e seus meeiros configuravam, nos tempos de chuvas escassas, o que ficou conhecido como "indústria da seca". Quando o ciclo da seca assolava, a classe dominante recebia subsídios do governo para transportar seu gado para áreas menos afetadas, já os meeiros (agricultores) não tinham nenhum tipo de compensação financeira para a sua plantação. Quando a seca chegava era certeza de fome e, em muitos casos, de abandono da região, na ilusão de que sair do sertão era a única alternativa para não morrer de fome. Os que resistiam eram encaixados nos programas do governo federal, as chamadas "frente de trabalho" que empregavam temporariamente em construção de estradas e limpeza dos açudes e barragens. Quando não, acabava indo viver em situações de miséria nos centros urbanos.

A seca, além de aprofundar a crise econômica e política dessas elites, pôs em curso um rápido processo de rompimento das relações sociais tradicionais, que desaguou em conflitos, em violências, em ameaça à ordem, já que tornou clara a face mais cruel dessas relações de exploração e dominação. Os homens pobres e os escravos foram abandonados pelos coronéis-paispatrões, rompendo o pacto tradicional de lealdade e apadrinhamento, que exigia do coronel o socorro aos mais pobres, nos momentos de dificuldades como esse, o que não pode ser cumprido por uma elite que quase não conseguia se autossustentar. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 118).

Esse era o cenário socioeconômico dos estados nordestinos sempre que ocorriam ciclos de seca e estas eram recorrentes, mas sempre catastróficas devido a ineficiências das políticas de "soluções hídricas". No quesito do desafio da escassez hídrica, as políticas desde a grande seca de 1877 não evoluíam das ações paliativas e só reforçavam a "indústria da seca"

que alimentou durante décadas o poder dos coronéis na região Nordeste, não apresentando resultados satisfatórios no que se refere ao desenvolvimento da região como aponta Cirilo (2008):

A região apresenta, até a década de 1990, um histórico de políticas públicas equivocadas, quando não ausentes, calcadas especialmente na implantação de pequenos reservatórios altamente vulneráveis às estiagens e perfuração de poços no cristalino. Aliada a esses equívocos, a falta de gestão das águas foi à tônica da manutenção do quadro regional crítico a cada seca. Como forma de aliviar o sofrimento das populações desassistidas, as soluções de sempre: carros-pipa para transporte de água, frentes de trabalho para assegurar-lhes alguma renda para sustento. Em síntese, medidas puramente paliativas. (CIRILO, 2008, p. 79)

Ações como a construção de barragens e açudes, ou poços artesianos marcaram a trajetória de combate as secas nessa região, entretanto, de longe expressaram uma política apropriada que quebrasse o elo histórico da manutenção eleitoral e da miséria através do assistencialismo. Diante desta conjuntura, a gravidade da seca para o Nordeste se dava como crise de produção, por ter se desenvolvido na região semiárida uma economia inadequada ao meio.

1.2. A estratégia brasileira de integração das economias regionais dos anos 1930 a década de 1980 e suas implicações na economia da Paraíba

A atividade econômica agroexportadora nordestina vinha se arrastando desde o final dos anos de 1890. Como expõe Gareis (1994), entre os anos de 1860 a 1920, mesmo compreendendo o período de auge do algodão no Nordeste, devido ao seu surto exportador, suas somas eram insuficientes no valor total das exportações do país, que nesse período era comandada pelo café da região Sudeste.

Enquanto o cenário econômico do Nordeste vislumbrava um processo de estagnação desde o século XVIII (ANDRADE, 1988), a região Sudeste do país já despontava no inicio do século XX com um modesto parque industrial, que, como expressa Cano (2007), nasceu como fruto do dinamismo econômico da região fortalecido pela acumulação do capital financeiro, vindo da cafeicultura em expansão desde 1850. O capital acumulado com o "Ouro Negro" paulista converteu-se em investimentos no setor industrial do estado.

Nesse contexto, a historiografia descreve o desenvolvimento industrial brasileiro com dois momentos distintos: uma primeira fase que vai desde a instalação das primeiras manufaturas têxtil e da agroindústria açucareira até as duas primeiras décadas do século XX. E uma segunda fase que surge após a crise de 29.

Essa fase industrial brasileira anterior a crise de 1929 é caracterizada como um período em que as economias agroexportadoras das diferentes regiões do país se articulavam mais com o mercado externo do que com as suas demais regiões. O escasso acesso a transportes inter-regionais, seja pela inexistência ou pelo alto custo, limitavam as relações comercias entre as regiões que se restringiam ao uso das estradas de ferro, que ligava a produção brasileira aos portos. Essa dinâmica, além de representar uma herança do período colonial, facilitava mais o comércio com o exterior do que com as demais regiões do país.

Comungando com o que descreve Gareis (1994), as relações comerciais entre as regiões brasileiras eram praticamente inexistentes, pois as ferrovias facilitavam o transporte das cargas do interior dos estados até os portos, mas nada influenciavam na integração do comércio inter-regional. Isolamento que facilitou, por um lado, o advento das indústrias em diferentes localidades que apresentassem densidade demográfica propícia ao crescimento de um mercado interno. Nesse contexto, as indústrias que surgiram no país entre 1880 e 1920 competiam com o comércio externo e não entre si.

O principal obstáculo para a expansão dessas indústrias era a concorrência externa, por não existir no Brasil uma política deliberada de proteção governamental à produção nacional contra as importações competitivas, pelo menos até as primeiras décadas do século XX. (GAREIS, 1994, p. 92).

Nessa primeira fase, a industrialização brasileira aconteceu de forma regionalizada. As indústrias foram instaladas para atender a demanda, seja ela do mercado interno ou externo, e não em função de competitividade entre as demais regiões do país. Apesar da formação do mercado interno ter papel primordial no desenvolvimento industrial nas diferentes regiões do país, na fase agroexportadora brasileira, as condições do mercado externo é que definiam o comportamento do arquipélago de regiões que caracterizava a estrutura econômica do país (ARAUJO, 2000).

Furtado (2004) caracteriza essa fase da indústria brasileira anterior à crise de 29, como uma fase pré-industrial, por considerar que só seria possível falar de industrialização brasileira a partir dos anos de 1930, quando começa o processo de substituição das importações em decorrência das limitações do mercado internacional, que vinha em crise desde a primeira Guerra Mundial, culminando com a grande depressão de 1929. Para Furtado (2004), a fase "pré-industrial" se estendeu de 1844 a 1910, a partir de então começa o processo de industrialização concentrado na região mais dinâmica do país, o Sudeste, especialmente a

cidade de São Paulo, que na década de 1920, já contava com um pequeno segmento industrial produtor de bens de produção, que ampliava ainda mais a base industrial da região Sudeste. Furtado (2004, p. 247) reforça que "o censo de 1920 já indicava que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados em São Paulo".

Quando veio a crise internacional de 1929, "o Centro-Sul já possuía um mercado amplo e uma estrutura industrial incipiente, mas de relativa diversificação" (MOREIRA, 1979, p. 26). No período, São Paulo já comandava a dinâmica econômica e política do país, devido à força da economia cafeeira que desde 1850 assumiu o posto de produto de maior valor de exportação brasileiro. Com o acúmulo de capital financeiro, a região Sudeste passou a exercer maior influência nas decisões políticas que passavam a ser direcionada as aspirações da elite cafeicultora paulista. Nos anos de 1939 a 1956, São Paulo passa a comandar a industrialização do país com cerca de 52% da participação na indústria nacional. Nesse mesmo período a participação nordestina caía de 10% para 6%.

Nesse contexto, a industrialização brasileira é normalmente analisada sob a correlação entre o café e a indústria, no entanto, é possível compreender que o café foi primordial para a indústria do Sudeste, pouco influenciando assim a economia industrial nordestina, principalmente pela falta de interligação econômica entre as duas regiões (GAREIS, 1994).

O cenário de isolamento regional veio a mudar com as limitações no mercado internacional. São Paulo despontava na industrialização, mas estava limitada no seu mercado consumidor, era preciso interligar as economias regionais abrindo espaço para novos mercados para o produto industrializado do Sudeste, com isso o Nordeste passou a sofrer com a concorrência direta do produto sulista.

No entendimento de Furtado (2004), a política de industrialização em vigor desde os anos de 1930 era ampliadora das desigualdades regionais por limitar as exportações e importações nordestinas, devido ao aumento das taxas de câmbio entre o período de 1947 a 1953, para favorecer a industrialização do Sudeste. Pois se o Nordeste estava limitado no mercado internacional, restava à região ter que adquirir os produtos industrializados do Centro-Sul por preços mais inflacionados do que se adquiria no mercado externo internacional. Nesse sentido, a industrialização do Sudeste teria se dado à custa do Nordeste.

O alerta para o crescente hiato que se apresentava entre as economias regionais feito pelo economista Celso Furtado reforçava seu pensamento de que, se havia concentração de indústrias na região Sudeste, isso ocorria por falta de uma visão regional das políticas de Estado. De acordo com Araújo (2000) Furtado:

Dizia também que a política de câmbio era ótima para promover a industrialização do país, mas para o Nordeste ela era trágica. A política comercial era ótima para fomentar a indústria, mas para o Nordeste ela era perversa; a política de investimentos era ótima para aumentar a dinâmica da economia nacional, mas para o Nordeste ela era quase inexistente (ARAÚJO, 2000, p. 75-76).

Na compreensão de Furtado (2004), o Estado nada fazia para atenuar as desvantagens competitivas da região Nordeste, e, sim, as agravava com a política industrial vigente. A solução estaria em uma nova forma de integração da economia nacional, orientada no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia do país (FURTADO, 2004, p. 249). Para o economista, o jogo das forças de mercado tenderia a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais, era preciso uma "interferência política planejada" do Estado para se chegar ao desenvolvimento (TAVARES, 2004).

Em meio à crise devido à intensificação das desigualdades regionais do país, Furtado, como conhecedor da realidade econômica nordestina, foi incumbido pelo Governo Federal de conduzir um estudo que descrevesse o cenário nordestino no final da década de 50. O relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), como ficou conhecido o estudo, vinha romper com a hegemonia do pensamento das elites nordestinas, que atribuíam à seca todas as carências que estavam ocorrendo ou que viessem a ocorrer na região.

As elites reivindicam estradas de ferro, estas são apresentadas como solução para a seca; se querem estradas de rodagem, estas se tomam solução para a seca; se hoje as elites do Nordeste querem a instalação de Zonas de Exportação, elas são também apresentadas como solução para a seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995, p. 119).

Furtado vai contra esse pensamento, para ele o problema do Nordeste não está na seca e sim "como a região está inserida nela" (ARAUJO, 2005, p. 217). A questão da seca não era uma catástrofe ecológica e sim socioeconômica, devido à formação histórica da região. Essa concepção soava como denúncia e batia de frente com a política regional da época. Não faltava água no Nordeste, faltava intervenção política planejada. "Em síntese, a ação do governo, sob o controle da classe latifundiária, reforçava as estruturas existentes e agravava os efeitos sociais da seca" (FURTADO, 1989, p.39).

Diante da conjuntura denunciada no GTDN, a gravidade da seca para o Nordeste se dava como crise de produção, por ter se desenvolvido na região semiárida, na caatinga, uma economia inadequada ao meio, extremamente vulnerável a escassez hídrica. A crise do Nordeste era apresentada como sendo de ordem social e não econômica. As afirmações do

relatório trouxeram a questão das desigualdades regionais para o centro das atenções políticas, resultando na criação de um novo modelo de gestão para a região Nordeste que compensasse as desvantagens em relação às outras regiões do país.

O GTDN constatava que as políticas de desenvolvimento postas em prática pelo governo federal estavam, inadvertidamente, agravando as disparidades regionais, devido à regressividade do sistema fiscal e o fato de que financiamentos industriais altamente subsidiados, concedidos por instituições oficiais de crédito — a exemplo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) — concentravam-se no Centro Sul. (GOODMAN; ALBUQUERQUE, 1974, p. 158)

Tendo em mãos o estudo que descrevia a arena de enfrentamento no qual o Nordeste tinha se transformado, emerge no governo de Juscelino Kubistchek a intervenção planejada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como forma de conter os "desequilíbrios regionais" que comprometiam a "unidade nacional". A partir de então, novos projetos passaram a ser implantados no Nordeste por meio da Superintendência e sobre a regência de Celso Furtado e Francisco de Oliveira.

A SUDENE foi criada em dezembro de 1959. O seu modelo de desenvolvimento regional era abrangente, no sentido de que buscava tratar de vários setores econômico-sociais ao mesmo tempo. Além da indústria e da agricultura, o planejamento do Nordeste incluía os seguintes setores de atividades: infraestrutura (energia elétrica, transporte, saneamento básico), abastecimento irrigação, pesca, habitação, pesquisa, saúde pública, educação de base, cartografia. Essa abrangência se devia à concepção de planejamento da época e à ausência do Governo federal em muitas dessas atividades (TAVARES, 2006, p. 11).

A abrangência da atuação da Superintendência, como expõe Tavares (2006), só reforçava a fragilidade e a relação de dependência da região, e para superar sua condição de subdesenvolvida se fazia necessário uma presença maior do Estado.

Tal ação planejada ocorrida no Nordeste trazia para o ambiente regional as concepções da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e seu diagnóstico das implicações do subdesenvolvimento na America Latina. A CEPAL alertava para o hiato entre as nações ricas (centro) e as nações pobres (periferia), caso não fossem tomadas medidas concretas, o centro continuaria cada vez mais rico e a periferia cada vez mais pobre. "Entende-se por Centro, em grosso modo, os países desenvolvidos, produtores de bens manufaturados, e por Periferia, os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, produtores de bens primários". (COUTO, 2007, p. 50).

Para a Comissão, na lógica da divisão internacional do trabalho, que colocava os países subdesenvolvidos em posição de desvantagens econômicas nas relações com os países

desenvolvidos, os países subdesenvolvidos da periferia tenderiam a permanecer agroexportadores, se deixados a mercê das ideias liberais do livre mercado.

Tendo feito parte da CEPAL, Celso Furtado apropriou-se do conceito Centro-Periferia e o reproduziu em escala regional, deixando claro que as relações comerciais entre o Nordeste (Periferia) e o Sudeste (Centro) eram desiguais devido ao baixo poder de compra da periferia em relação ao centro que despontava como produtor de bens industrializados, caracterizandose assim como uma relação Centro-Periferia em escala inter-regional.

Em síntese, Furtado implantou, em escala regional, uma política aos moldes das ideias cepalinas de que era preciso substituir as importações através da industrialização. Nessa direção, o plano de ação para desenvolver o Nordeste seguiria pelos seguintes caminhos: a) Intensificação dos investimentos industriais; b) Transformação da economia agrícola da faixa úmida para proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos; c) Transformação das economias das zonas semiáridas para elevação da produtividade e para criar resistência aos impactos das secas; d) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste incorporando as terras úmidas maranhenses (FURTADO, 2009, p. 88).

Como descrito, o plano de ação, entre os pontos, previa a industrialização - que se daria por substituição das importações - como a única saída para a superação do atraso econômico do Nordeste. O GTDN estimava que a população desocupada no Nordeste, em idade de trabalhar, passasse de meio milhão de pessoas. A saída proposta para absorver essa população era o emprego na indústria. "Essa industrialização tem como primeiro objetivo absolver a massa enorme de população que já esta sobrando nas zonas urbanas da região" (FURTADO, 2009, p.46).

A intensificação dos investimentos industriais priorizaria quatro frentes industriais, a primeira seria a implantação de indústria siderúrgica que daria suporte aos setores da indústria transformadora do aço e do ferro. A segunda frente se daria pelos setores que possuem uma base favorável de matéria-prima, como é o caso da indústria do cimento, da magnésia e da gipsita, além do aproveitamento do sisal. A produção direta e indireta de emprego e o aumento da produção de alimentos seriam a terceira frente que para o plano convém fomentar no Nordeste. Por último, e não menos importante, estaria a recuperação e modernização das indústrias tradicionais da região, a exemplo da indústria têxtil algodoeira, que se configura como uma das maiores fontes de emprego da população local. Para Furtado, "dentro de uma política de desenvolvimento industrial para o Nordeste, a recuperação da indústria têxtil algodoeira deve constituir um objetivo básico" (FURTADO, 2009, p. 159).

A SUDENE atuava com a aprovação de seus planos diretores pelo Congresso Nacional, e foi a partir da aprovação do seu primeiro plano que começou sua atuação como fomentadora do setor industrial do Nordeste por meio de uma Política de incentivos cambiais, financeiros e fiscais.

Conhecido como o 34/18¹, o sistema proporcionou uma papel central no forte movimento de inversões industriais do Nordeste, proporcionado através do baixo custo do capital. Este sistema consiste em que as pessoas jurídicas possam deixar de pagar ao Tesouro Nacional até 50% do montante de seus impostos sobre a renda para investir ou reinvestir em projetos na área do Nordeste, reconhecidos pela SUDENE como prioritários para o desenvolvimento da região (SILVA, 2012, p. 27).

Diante das condições de incentivos, a busca por mão de obra barata e proximidade com o mercado consumidor, várias indústrias passaram a se filiar no Nordeste. Sistema que funcionou bem por mais de 10 anos, tendo seu ápice entre os anos de 1964 a 1971, período em que os resultados dessa dinâmica começaram a ser colhidos na região. Em paralelo, e associada à ação da Superintendência, os governos estaduais atuavam na criação de distritos industriais com infraestrutura para as indústrias que pretendessem se instalar nos estados nordestinos (ANDRADE, 1988).

Haddad (1996) destaca que entre 1960 e o final da década de 1980, mais de 2.700 projetos tinham sido beneficiados pelo sistema de incentivos administrados pela SUDENE, que geraram 590 mil empregos e investimentos de U\$S 47,1 bilhões. O PIB do Nordeste passou de 16,4 bilhões de dólares, em 1960, para 51,3 bilhões de dólares, em 1988, crescendo a uma taxa média anual de 6,6%, maior do que a média nacional do mesmo período.

Credita-se a atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste o começo da consolidação da indústria nacional marcada pelo início da desconcentração espacial da indústria paulista, que se direcionou nessa década para os demais mercados regionais, principalmente para a região Nordeste, como ressalva Guimarães Neto:

A desconcentração ocorrida representou, em síntese, a implantação e a consolidação de complexos econômicos, polos ou áreas de modernização nas economias regionais menos industrializadas, que se integraram mais intensamente, por meio de determinadas especializações, com o restante da economia nacional, em particular com as regiões mais desenvolvidas economicamente (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 60).

¹ Uma referência ao Artigo 34º da Lei n. 3.995 de 14/12/1961, que permitia a dedução do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de capital 100% nacional que pretendessem investir no Nordeste. O Artigo 18º da Lei n. 4.239 de 27/06/1963, estendia esse benefício ao capital estrangeiro.

Essa desconcentração foi proporcionada tanto pelas políticas setoriais com foco nos incentivos fiscais para atração de novas indústrias, como pela ação de grandes empresas estatais, que promoveram a localização de atividades em áreas periféricas e oportunizaram um novo processo de integração produtiva inter-regional, refletida nos indicadores da década de 1990, em que a participação do Sudeste no peso das indústrias do país cai de 81% em 1970 para 69%. Nesse mesmo período, o Nordeste sai de 5,7% para 8,4% de importância na produção industrial brasileira na década de 1990.

Com o Nordeste já inserido na economia nacional, o país começa ainda na década de 1970 sua transição de produtor de bens de consumos não duráveis para especializar-se em bens intermediários, o Nordeste por já estar associado à dinâmica industrial nacional insere-se também nesse processo modernizador. Nesse momento o país ainda está politicamente regido pelo regime militar, que traça para a economia brasileira novas estratégias de desenvolvimento, o Estado deixa então de atuar em escala macro e passa a interver no fomento de subespaços dinâmicos. Com a intensificação da política de polos, a economia nacional deixa de ser composta por economias regionais e transforma-se em uma economia nacionalmente regionalizada (ARAUJO, 2005).

Como destaca Araujo (2000), entra em cena o novo momento industrial do Nordeste com a instalação do polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, do complexo minerometalúrgico de Carajás, no Maranhão, Salgema em Alagoas, e do polo de fertilizantes em Sergipe. A autora acrescenta também a criação dos polos tecnológicos de Recife (PE) e Campina Grande (PB), responsáveis por desenvolver bases tecnológicas na região. E no âmbito das indústrias tradicionais do Nordeste ganharam destaque o parque têxtil de Fortaleza (CE) e o polo de fruticultura do Vale do São Francisco, entre Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) (ARAUJO, 2000, p. 170).

Já não era possível falar de uma economia nordestina homogênea e, com a intensificação da política de polo, a dinâmica industrial passa a ser mais complexa no sentido de estruturas modernas que convivem com economias tradicionais, o que contribuiu para o que Araújo (2000) define como "vários nordestes". A expressão é melhor compreendida quando se verifica que o conjunto das economias nordestinas aumentou sua participação nos indicadores econômicos em comparativos com as demais regiões do país, mas dentro da região as estratégias dos polos ressaltou uma tendência ao isolamento da parte mais oriental do Nordeste, composta pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, que não conseguiram acompanhar a tendência de articulação comercial nacional, perdendo posições na produção do País.

Nesse contexto uma parte do Nordeste deslumbrava-se com a oportunidade de modernização industrial como é o caso da Bahia, Maranhão e Ceará contemplados com grandes empreendimentos industriais, como citado anteriormente. Já a Paraíba caminhava para a década de 1980 desfavorecida com relação à captação de capital produtivo em comparativo a outros estados da região Nordeste, por possuir recursos minerais exploráveis de escala menor. Nesse período, os investimentos mais expressivos no ramo da indústria extrativa, como destaca Polari (1997), foram à implantação de pequenas e médias empresas beneficiadoras de bentonita, rutilo, titânio e caulim, além da argila e calcário na produção de cimento.

Já com relação às indústrias de bens não minerais, a Paraíba obteve uma modesta participação nos primeiros anos de atuação da SUDENE, chegando a ocupar o terceiro lugar entre os estados que mais tiveram projetos aprovados. Em 1969 o estado tinha conseguido aprovar 75 projetos industriais que proporcionaram mais de 12 mil postos de trabalho, no entanto como assegura Polari (1997):

A participação industrial da Paraíba naquele processo de integração basicamente se resume na expansão de suas atividades tradicionalmente desenvolvidas em função do mercado nacional. Houve, entretanto, uma significativa implantação de estabelecimentos voltados para o mercado local e regional. Antes estes eram quase que totalmente atendidos por unidades produtoras localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país. Com isso, a indústria paraibana manteve a sua histórica concentração nos segmentos produtores de bens de consumo não duráveis (68,1% em 1985) e de bens intermediários (29,6% em 1985). (POLARI, 1997, p. 20-21).

As indústrias que foram atraídas pelos incentivos da SUDENE fortaleceram o perfil tradicional da indústria paraibana. Empreendimentos foram instalados para atender ao mercado local nos segmentos têxtil, calçadista, vestuário, utensílios domésticos e na produção de alimentos. Uma indústria que estava de certa forma ligada também ao setor agropecuário, este frequentemente atingido pelos estragos das secas, o que dava para a industrialização paraibana limitadas possibilidades de crescimento.

O que evidencia que os projetos industriais dos quais a Paraíba se beneficiou no período estudado, apesar de terem sido fundamentais na instalação de novos empreendimentos, não foram suficientes para que o estado conseguisse dinamismo suficiente para uma mudança no perfil tradicional de sua indústria.

1.2.1. A Constituição de 1988 e a nova estratégia de fomento à indústria

O regime ditatorial brasileiro se estendeu de 1964 ao ano de 1985, que como já apresentado, foram cruciais para o desenvolvimento industrial brasileiro e nordestino que teve por meio da SUDENE a oportunidade de inserir-se na dinâmica econômica nacional. Mesmo perdendo espaço para a política de polos e as mudanças na forma de concessão dos incentivos fiscais, a Superintendência se mostrou como fundamental para a industrialização da região.

Com a crise que levou ao fim do regime ditatorial e o reestabelecimento da democracia, os incentivos empregados pela SUDENE deixaram de ser regulamentados pelo governo federal. Isso ocorreu devido a Constituição Federal de 1988 passar o controle da fixação, através de leis próprias, das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para os estados e municípios, que passaram a negociar os incentivos fiscais como forma de atrair novas indústrias.

Na nova dinâmica 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS arrecadado passam a ser de propriedade do estado, os outros 25% são distribuídos entre os municípios. Do valor que cabe ao governo estadual, é permitido pela Constituição Federal usar parte desta receita para estimular o investimento privado e promover a instalação de novos empreendimentos industriais ou a ampliação das unidades existentes, por meio de crédito subsidiado (SILVA, 2012). Essa nova estratégia de desenvolvimento industrial, como veremos adiante, agravou ainda mais as discrepâncias entre as regiões com debilidade.

As vultosas concessões dos estados para atração de indústrias de grande porte deu início ao que ficou conhecido como "Guerra Fiscal". Na falta de uma nova política de planejamento, prevaleceu a dinâmica da Guerra Fiscal, em que cada ente federado, principalmente aqueles de baixo dinamismo industrial, como a Paraíba, passa a conceder incentivos que muitas vezes chegam a 100% do valor que deveria ser arrecadado, em prol da atração da iniciativa privada.

Para Cavalcanti e Prado (1998, p.14) a Guerra fiscal seria uma suposta forma de promoção de "uma política autônoma de desenvolvimento industrial regional". Essa dinâmica, que se constitui a partir de sua vigência como a principal estratégia de desenvolvimento industrial dos estados nordestinos para atração de grandes indústrias, se configura como uma lógica perversa onde é o setor privado e não o governo que passa a controlar integralmente a alocação espacial dos investimentos.

Por mais que todos os estados atualmente estejam competindo com as mesmas estratégias de atração de investimentos, alguns como a Paraíba, têm saído em desvantagem no que chamamos aqui de "critérios de desempate" da guerra entre as federações. Com base em Cavalcanti et al (1998) vence a guerra aqueles que possuem fatores "extrafiscais", como

menor custo da mão de obra, vantagens locacionais específicas (infraestrutura de transportes e de telecomunicações) e aproximação do mercado consumidor e de insumos. Acrescentamos aos critérios elencados pelo autor como fatores fundamentais para a decisão do mercado de qual localidade vence a guerra, as limitações de recursos naturais e a deficiente infraestrutura. Fatores que tem se posicionado como fundamentais para a decisão do mercado de qual estado sairá vencedor. Nessa lógica é o mercado quem passa a ditar as normas de promoção da integração competitiva (ARAUJO, 1999).

No conjunto, essas limitações para a expansão da indústria local são agravadas pela falta de uma política nacional, regional ou local em prol da promoção da industrialização. É notável que quando o mecanismo de concessão de incentivos pelos estados passou a ser a exclusiva forma de atração de investimentos, as regiões com entraves pouco saíram favorecidas. Basicamente, a crítica que se faz a esse modelo é que o os governos estaduais tem deixado de arrecadar em nome de um dinamismo econômico que não tem sido suficiente para alavancar a economia da região como um todo.

Como cada estado passou a conduzir sua "política industrial", reestruturaram-se assim antigos atores, como a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), criada em 13 de novembro de 1967 para conduzir a industrialização estadual, com base nas propostas da Constituição Federal de 1988. A partir de então, coube a CINEP: promover o desenvolvimento industrial da Paraíba; administrar os distritos industriais; facilitar a implantação de novas empresas; atrair investimentos produtivos; promover a interiorização dos investimentos industriais e gerir os incentivos fiscais, financeiros e locacionais (ZENAIDE, 1996).

Para o desempenho das funções atribuídas ao órgão, foi instituído o Fundo de Apoio a Industrialização (FAIN), visando à concessão de estímulos financeiros, a implantação, relocação e ampliação de empreendimentos industriais que sejam declarados, por seu Conselho Deliberativo, de relevante interesse para o desenvolvimento do estado. Desde então, o FAIN é o principal mecanismo de atração de investimentos da estratégia estadual voltada para a indústria.

De acordo com a legislação do Fundo, a concessão do repasse do ICMS (empréstimo) às empresas beneficiadas é fixada nas seguintes faixas: empresas localizadas nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Conde poderão ser contempladas com 60% do que deveria ser repassado ao tesouro estadual; as empresas que desejarem se instalarem nos municípios de Campina Grande e Queimadas poderão ser contempladas com 80%; já os demais municípios da Paraíba o índice pode chegar a 100% (PARAÍBA, 1994).

Tal concessão é mediada por análise do projeto enviado a CINEP que atenda aos requisitos de geração de renda tributária, absorção de mão de obra e a política de interiorização do processo de industrialização. Os percentuais mais elevados para as cidades mais distantes do eixo produtivo Litoral-Agreste caracterizam a estratégia de interiorização da indústria para regiões menos dinâmicas do estado. Apesar do esforço, os incentivos não foram suficientes para que a indústria da Paraíba conseguisse alcançar o dinamismo esperado para se colocar em condição de destaque na economia regional.

Como veremos no próximo capítulo, a Paraíba termina o século XX como quarta maior economia de sua região, sua indústria nesse mesmo período corresponde a 27,9% do Produto Interno Bruto, no entanto, opiniões de pesquisadores do cenário econômico do estado, convergem ao afirmarem que a Paraíba não conseguiu, mais uma vez, acompanhar a economia regional, passando a regredir economicamente. E é sobre as possíveis causas e efeitos da involução da economia paraibana que discutiremos mais adiante.

2. PERFIL INDUSTRIAL DA PARAÍBA: EVOLUÇÃO E DESAFIOS RETRATADOS NOS INDICADORES RECENTES

O segundo capítulo apresenta o perfil industrial da Paraíba, a partir de levantamento junto ao Cadastro Industrial da Federação das Indústrias da Paraíba, disponível no Portal online da Federação, que nos auxiliou na tarefa de caracterizar a indústria local. A partir da identificação da distribuição espacial, achamos cabível nos debruçar sobre alguns dos indicadores socioeconômicos na tentativa de traçar caminhos para o entendimento dos gargalos que para alguns autores tem limitado o crescimento econômico e industrial do estado.

2.1 A Paraíba industrial

A Paraíba conta com uma população estimada pelo Censo 2010 do IBGE em 3.769.977 habitantes e extensão de 56.584.6 km² de área territorial distribuído entre seus 223 municípios. Geograficamente, o território paraibano é distinguido por suas quatro Mesorregiões, a Mata Paraibana, o Agreste, Borborema e Sertão. As cidades mais populosas do estado estão na região metropolitana da capital, João Pessoa, Campina Grande, localizada no Agreste e as cidades de Patos e Souza, no Sertão.

Espacialmente, essa divisão geográfica direcionou a partir da década de 1960, durante a política da SUDENE, a instalação de distritos industriais nas principais cidades do estado que desde então abrigam empreendimentos de diferentes segmentos da indústria extrativa, de transformação e construção civil. Hoje a Paraíba conta com distritos industriais nos municípios de João Pessoa, Santa Rita, Alhandra, Rio Tinto, Campina Grande, Queimadas, Taperoá, Patos, Sousa e Cajazeiras. Com base nessa distribuição espacial, podemos então destacar a existências de três aglomerados industriais no território paraibano. Os aglomerados são responsáveis por abrigarem 3.212 das 3.366 indústrias cadastradas pela Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) em 2011.

O primeiro é representado pela mesorregião da Mata, formada pelos municípios de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, Rio Tinto, Conde e Alhandra. Neste aglomerado encontra-se o segundo maior número de indústrias, 1.229 unidades, e a maior diversificação do segmento, destacando-se as indústrias de alimento e bebida, a têxtil, calçadista, artigos de borracha e plástico, produtos químicos, celulose, papel e seus derivados, metalúrgica, construção civil, cerâmica, cimento e produção de álcool.

O segundo aglomerado industrial está localizado na mesorregião do Agreste com destaque para as cidades de Campina Grande, Queimadas e Guarabira. Campina Grande contempla 907 estabelecimentos industriais e destaca-se na produção de tecnologia na área de informática e nos segmentos da produção de calçados, couro e seus artefatos, indústria têxtil, produção de alimentos, artigos de borracha e plástico.

Por fim o aglomerado localizado na mesorregião do Sertão, por incidências de indústrias nas cidades de Patos, Cajazeiras, Catolé do Rocha, São Bento, Itaporanga e Souza, destacando-se os segmentos têxtil, calçadista, de confecções e a produção de alimentos. O aglomerado sertanejo é composto por 638 indústrias.

Apesar da ocorrência de 154 estabelecimentos industriais, a mesorregião da Borborema não chega a se caracterizar uma aglomeração devido ao distanciamento da distribuição espacial destas indústrias. A maior concentração industrial está localizada em Monteiro que comporta 27 estabelecimentos, em sua maioria, do ramo alimentício, já o outro extremo do território se especializou na extração de minerais não metálicos como o Caulim, a Argila e o Quartzo. Neste ramo são 32 unidades de extração e 25 de fabricação de produtos minerais não metálicos, como pode ser verificado na Figura 1.

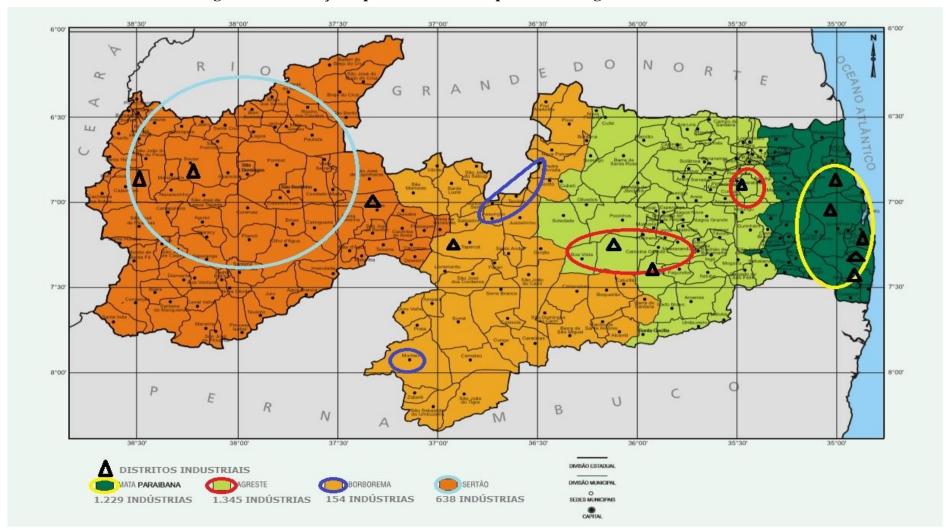


Figura 1 Distribuição espacial da indústria paraibana – Aglomerados industriais

Fonte: IDEME, 2011. Adaptado por Andreza Albuquerque, 2013.

Apesar das incidências de indústrias no Sertão, como demonstra a distribuição espacial do setor, são as Mesorregiões do Litoral e Agreste que apresentam o maior número de estabelecimentos industriais, e como consequência estes aglomerados compõem as maiores economias do estado por corresponder a 80% do PIB estadual e aproximadamente 70% da população, distribuída em 96 dos 223 municípios paraibanos. (FIEP, 2013). A Tabela 1 apresenta o número de municípios, o PIB e a população das Mesorregiões paraibanas referentes ao ano de 2010.

Tabela 1. Mesorregiões, População e PIB -Base ano de 2010

Indicadores	Mata Paraibana	Agreste	Borborema	Sertão
Número de Municípios	30	66	44	83
PIB (% do Estado)	53,48	26,78	4,79	14,94
População (% do Estado)	36,76	32,04	7,88	23,31

Fonte: IBGE / IDEME-PB, 2010.

A maior oferta de matéria prima, como também da facilidade de transações comerciais, de serviços e infraestrutura para a indústria, associado a aparente falta de interligação entre o aglomerado do Sertão e o litoral, tem favorecido não só a concentração populacional, como também a concentração de renda em direção a capital paraibana. Em contrapartida "vazios demográficos" e econômicos vão ganhando espaço no interior do estado. (CAVALCANTI, et al, 2011).

Retornando ao Censo industrial da FIEP é possível complementar a caracterização do perfil industrial da Paraíba a partir da listagem dos setores de maior incidência de unidades industriais que são a fabricação de produtos alimentícios e bebidas (1.143), confecções e vestuário (250), produção de couro, artefatos e calçados (157), fabricação de móveis (129), produtos de metal (124), produtos têxteis (116), produtos químicos (102) e artigos de borracha e plástico (100), como mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Indústrias por atividade						
ATIVIDADE	SERTÃO	BORBOREMA	AGRESTE	MATA PARAIBANA	TOTAL DE INDÚSTRIAS	
Informática e serviços relacionados	-	-	7	8	15	
Captação, tratamento e distribuição de água	-	-	-	1	1	
Confecção do artigo do vestuário e acessórios	44	5	130	71	250	
Construção	49	7	119	247	422	
Correios e Telecomunicações	-	-	-	1	1	
Eletricidade e Gás e Água Quente	1	-	2	3	6	
Extração de Minerais não metálicos	3	32	28	13	76	
Artigos de borracha e plástico	8		49	43	100	
Produtos Minerais não metálicos	25	25	69	70	189	
Ref Petróleo, combustíveis Produção de Álcool	-	-	-	6	6	
Equipamentos para informática	-	-	1	-	1	
Material Eletrônico e de Comunicação	-	-	5	2	7	
Equipamentos Hospitalares e óticos	-	-	3	8	11	
Máquinas e equipamentos	-	-	23	14	37	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	-	14	4	18	
Produtos de Metal	22	4	46	52	124	
Móveis e indústrias diversas	12	2	70	44	128	
Outros equipamentos de Transporte	-		2	3	5	
Produtos de madeira	10	2	30	27	69	
Produtos Químicos	28	5	44	25	102	

Produtos Têxteis	75	1	20	20	116
Produtos alimentícios e bebidas	275	65	427	385	1152
Celulose, Papel e Produtos de Papel	3		8	9	20
Fabricação Produtos do Fumo	2		4	1	7
Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	2		15	4	21
Impressão, Edição e Reprodução de Gravação	25	4	62	83	174
Metalúrgica Básica	1		6	1	8
Pesca, aquicultura e serviços relacionados	2			3	5
Artefatos de Couro, Calçados e Artigos de Viagem	39	2	97	18	158
Reciclagem			4	6	10
Reparação e Manutenção de Veículos Automotores	12		60	57	129
Total de Indústrias por Região	638	154	1345	1229	3366

Fonte: Cadastro Industrial da Paraíba, FIEP, 2011

Em consenso com o perfil apresentado, a indústria paraibana caracteriza-se como uma indústria tradicional, especializada em Arranjos Produtivos de baixo conteúdo tecnológico e com suas bases na produção de bens de consumo não duráveis, com destaque para o segmento coureiro-calçadista, têxtil e confecções, como define Cavalcanti Filho et al (2011). Apenas duas empresas do binômio têxtil-calçadista são responsáveis por aproximadamente 70% das exportações do estado em 2010. Dados que apesar de alertar para a concentração industrial entre a região metropolitana de João Pessoa e a cidade de Campina Grande, ressalta a importância destes segmentos para a economia paraibana.

2.2 A participação dos setores têxtil e calçadista na construção do perfil industrial da Paraíba

O setor têxtil na Paraíba é considerado o segmento industrial mais tradicional do estado. Como já explicitamos ao longo do primeiro capítulo, foi pela cultura do algodão que a Paraíba projetou-se no cenário nacional e internacional. Outro fator importante que merece ser remencionado é o fato da comercialização do algodão ter sido responsável pelo crescimento das cidades do Agreste e Sertão paraibano.

Levantamento realizado pela Federação da Indústria da Paraíba (FIEP, 2010) destaca a participação do setor têxtil como segmento responsável por 37,39% das exportações do estado. Entre os produtos exportados estão roupas de toucador e cozinha, e tecido atoalhado. Apenas a empresa Coteminas S/A é responsável por 30,58% do total das exportações e 5% das importações paraibana.

O polo têxtil da Paraíba, composto pelos municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Campina Grande, Sousa, Patos e Cajazeiras, conta com 167 empresas que empregam aproximadamente 12 mil operários. Outra região que merece destaque no circuito do setor têxtil está na região do Vale do Piancó, no Sertão, com destaque para o município de Itaporanga, que, de acordo com estudo recente de Araújo (2012), o parque têxtil do município conta com 13 tecelagens, 11 beneficiadoras e cerca de 50 empresas artesanais, que geram aproximadamente 1,5 mil empregos diretos e cinco mil indiretos. A produção têxtil é um dos setores que mais absorve mão de obra.

No que tange ao setor calçadista, no intervalo de 1988 até o ano de 2003 os segmentos calçados e artefatos de couro ocuparam o terceiro lugar entre os ramos que mais receberam incentivos financeiros do FAIN (BRASIL, 2005). Desde então a indústria coureira calçadista da Paraíba tem se apresentado como um dos setores mais dinâmicos do estado. Os principais núcleos produtivos se localizam nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Campina Grande e Patos. Denominados como Polos Coureiro-calçadista, esses municípios representam também as seis principais economias estaduais.

De acordo com dados da CINEP (2013), o Polo é formado por 183 empresas formais e um número de empresas informais estimado em 468 unidades produtivas, onde a maioria são microempresas que empregam no máximo até 19 pessoas. 62 empresas são responsáveis pela absorção da maioria da mão de obra. No total 14 mil trabalhadores atuam no setor.

A estrutura do polo se constitui por curtumes, que são as indústrias de preparação do couro, e as indústrias de calçados e demais artefatos do couro. Atualmente, quatro curtumes atuam formalmente na Paraíba, três com sede em Campina Grande e um na cidade de Patos.

No ramo da produção calçadista, se destaca por ser o único no país a possuir duas empresas do grupo São Paulo ALPARGATAS que são responsáveis por 39,86% do conjunto das exportações e 12,2% das importações do Estado (FIEP, 2010).

2.3 Indicadores Socioeconômicos

Com a trajetória apresentada, percebe-se que o perfil industrial da Paraíba foi construído ao longo de sua trajetória agroexportadora especializada na produção do binômio têxtil-calçadista. Uma indústria que, apesar de uma expressiva participação na dinâmica agroexportadora nacional, nasceu das necessidades locais, voltadas para atender ao mercado consumidor regional, nacional.

No período recente, a economia industrial paraibana tem apresentado resultados positivos e isso se deve principalmente a esse perfil industrial voltado para o mercado consumidor interno, que tem se apresentado favorável nos últimos anos devido às políticas afirmativas do Governo Federal. Essas políticas são voltadas para a distribuição e complementação de renda, que apesar de se tratar de uma política social, acabou gerando um impacto econômico importante e complementar às políticas econômicas de favorecimento de crédito e financiamentos (ARAUJO, 2005). De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) 44,76% da população do estado são beneficiadas com políticas de complementação de renda na Paraíba.

Apesar de não ser um dado positivo, este cenário beneficiou a indústria paraibana, que saiu favorecida por ser voltada para o mercado interno devido ao seu perfil tradicional dedicado a produção de calçados, confecções e alimentos. O segmento aumentou nos últimos anos sua participação no acumulado da economia, se apresentando como sendo o de maior potencial de crescimento na composição total do PIB estadual, com taxa que saltou de 0,1% em 2005 para 20,2% em 2010, enquanto o setor agropecuário tem apresentado crescimento negativo no mesmo período chegando a menos de 14%, os dados são do IBGE. Nesse sentido, a Tabela 3 revela a taxa de crescimento real da composição do PIB da Paraíba, entre os anos de 2002 e 2010.

Tabela 3. Taxa de crescimento real da composição do Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba 2002-2010

		T	axa de		nento r)		
Componente	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	4,8	5,3	2,8	4,0	6,7	2,2	5,5	1,6	10,3
Impostos, líquidos de subsídios	2,0	5,5	3,2	8,9	9,3	4,6	8,0	2,2	19,2
Valor Adicionado total	5,1	5,3	2,7	3,4	6,4	1,9	5,2	1,6	9,3
Agropecuária	11,0	8,5	-0,9	-4,4	20,0	-10,3	9,1	-10,2	-14,7
• Indústria	7,6	8,9	5,8	0,1	6,5	4,0	8,9	8,5	20,2
 Serviços 	3,6	3,7	2,1	5,4	5,0	2,5	3,8	0,5	7,9

Fonte: IBGE / IDEME-PB, 2002-2010.

Nesse contexto, o crescimento industrial se mostrou como fundamental para que a economia paraibana conseguisse se manter entre as seis maiores economias nordestinas, já que o setor agropecuário não contribuiu para o crescimento real da Paraíba em 2010, devido a uma sequência de variações negativas. Esse decréscimo da produção agrícola se dá em função do intenso período de estiagem registrado nos últimos três anos, e que tem sido classificada pelo Governo Federal como a maior seca dos últimos 50 anos.

Entretanto, esse crescimento pouco impactou no acumulado da trajetória industrial no período correspondente a 2002-2010, como mostra a Tabela 4. Na análise da composição do PIB, nesse período é possível perceber as oscilações frequentes do setor, que apesar do crescimento recente ainda está abaixo do que representava o acumulado de 2002.

Tabela 4. Composição percentual do Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba 2002-2010

		Co	mposiçã	ão perce	entual (%	(0)			
Componente	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos, líquidos de subsídios	10,5	10,3	10,4	10,7	10,4	10,2	10,1	9,7	10,6
Valor Adicionado total	89,5	89,7	89,6	89,3	89,6	89,8	89,9	90,3	89,4
Agropecuária	6,8	8,2	7,3	6,4	6,4	5,0	5,5	5,1	3,8
• Indústria	21,1	21,2	20,9	20,1	19,7	20,1	19,3	20,0	20,1
• Serviços	61,6	60,3	61,4	62,8	63,4	64,6	65,1	65,2	65,5
subsídios Valor Adicionado total • Agropecuária • Indústria	89,5 6,8 21,1	89,7 8,2 21,2	89,6 7,3 20,9	89,3 6,4 20,1	89,6 6,4 19,7	89,8 5,0 20,1	89,9 5,5 19,3	90,3 5,1 20,0	;

Fonte: IBGE/IDEME-PB, 2002-2010.

Em termos percentuais, a indústria paraibana nas primeiras décadas do século XX cresceu sem sair do lugar. Já o acumulado geral da economia vem amargando a perda de duas posições no ranking das economias regionais, o estado insere-se nos anos 2000 como quarta maior economia nordestina e chega a 2010 tentando se manter entre os seis maiores no PIB per capita (obtido com a divisão da soma de riquezas do estado pelo total da população).

O título de sexta maior economia da região Nordeste dá uma dimensão maior do que realmente representa um PIB per capita de R\$ 8.481. Com este valor, a Paraíba não chega a 43% do PIB nacional, ficando abaixo da média alcançada pelo Nordeste (R\$ 9.561), que já é considerada baixa, por não equivaler a metade da nacional (R\$ 19.766) ou a 1/3 da renda per capita da região sudeste. No cenário de nove economias nordestinas, a descrição econômica paraibana se enquadra melhor com o título de quarta menor economia do Nordeste. Nacionalmente encontra-se entre os cinco menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. A média de 0,658 coloca o estado na 23ª posição no ranking geral de 2013.

Cenário que reforça a constatação do Censo 2010 do IBGE que ressalta o alto índice de analfabetismo funcional, que atinge 33,4% da população paraibana. Por analfabeto funcional, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), compreendem as pessoas que são capazes de ler e escrever coisas simples, no entanto, não têm as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Um desafio que coloca o quesito educação como sendo um dos entraves para o desenvolvimento da economia do estado.

O fato da indústria paraibana não ter conseguido ultrapassar as barreiras da produção de bens de consumo não duráveis e as sequentes variações negativas da economia agrícola, nos leva a deduzir que a Paraíba chega às primeiras décadas deste século em um cenário de involução relativa de sua economia.

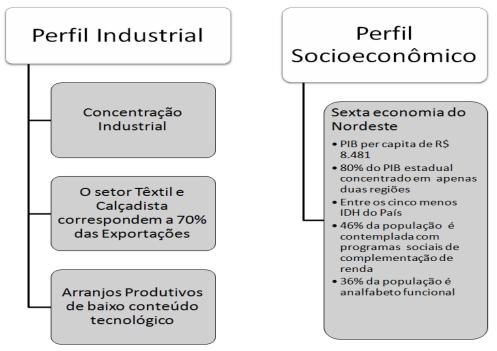
Comungando com esse raciocínio, o que adjetivamos de involução econômica, Polari (2010) qualifica de "regressão socioeconômica" e expõe que os principais fatores para esse baixo dinamismo estariam na pequena integração com a economia brasileira, elevada concentração de riquezas e renda, e a baixa participação do setor moderno e de alta tecnologia na dinâmica da cadeia produtiva da indústria, além dos baixos indicadores sociais refletidos no IDH e na baixa renda per capita. (POLARI, 2010).

Já para Cavalcanti et al (2011), a economia paraibana encontrasse em um crônico processo de relativa estagnação que vem se prolongando a meio século. O autor elenca que o maior desafio da sociedade paraibana para superar esse prolongado e histórico processo de estagnação econômica e social está no alcance simultâneo de duas metas: crescer a renda per capita acima da média nacional e erradicar a pobreza e o analfabetismo. Para isso é necessário superar os "gargalos internos" da economia estadual, que seriam:

1)Precária qualidade na formação educacional; 2) inadequado perfil da qualificação profissional; 3) inadequado perfil da pesquisa científicotecnológica; 4) insuficiente grau de integração do sistema de inovação local; 5) precariedade e inadequação do perfil da infraestrutura física; 6) reduzida capacidade fiscal e financeira dos governos estadual e municipais; 7) reduzida eficiência/eficácia/efetividade da gestão pública; 8) envelhecimento da infraestrutura institucional; 9) adversas condições políticas; 10) adversas condições naturais. (CAVALCANTI et al, 2011, p. 196)

Os obstáculos descritos vêm reforçar o cenário socioeconômico apresentado no decorrer do texto, mas entre os pontos apresentados se sobressai o alerta para a incapacidade de autofinanciamento dos governos estadual e municipal, pois em regiões deprimidas economicamente a intervenção do Governo torna-se indispensável na busca de estratégias que ofereçam "vantagens compensativas", atrativas a iniciativa privada. No entanto, atualmente os atrativos limitam-se a isenção do ICMS como forma de atrair empreendimentos produtivos para o estado. Quando não lançam mão da Parceria Público-Privada, tornando-se assim dependentes de fontes externas para financiar seu crescimento.

Quadro 1 – Perfil Industrial e Socioeconômico da Paraíba



Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Mediante o quadro socioeconômico apresentado conduzimos nossa pesquisa considerando o setor industrial como o de maior potencialidade econômica de curto e médio prazo para conduzir a Paraíba a um novo cenário socioeconômico, como por exemplo, alcançar uma renda per capita equivalente a média nacional ou aumentar a oferta de emprego. Em consequência disso, propomos então, investigar quais os possíveis entraves enfrentados pelo setor industrial paraibano, tem limitado o setor no que se refere a auferir índices de crescimento que contribuam com a melhora dos indicadores sociais e econômicos do estado.

3. DESAFIOS PARA O CRESCIMENTO: A VISÃO DE DIVERSOS ATORES SOBRE OS PRINCIPAIS ENTRAVES DA INDÚSTRIA PARAIBANA

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo, em que os resultados obtidos são divididos em cinco partes: (1) o perfil das empresas; (2) as percepções do Estado (governo Estadual); (3) percepção da FIEP, como entidade representativa do setor industrial; (4) percepção das empresas; (5) e por fim, um balanço crítico das percepções dos diferentes atores que será apresentado em dois movimentos: primeiro discorreremos sobre os pontos comuns e divergentes nas relações do setor industrial com o estado; e em um segundo momento, confronta-se esse conjunto de percepções com o que diz a literatura sobre os fatores limitantes ao desenvolvimento industrial do estado.

3.1. Perfil das empresas

No capítulo anterior, o censo industrial da FIEP (2011) possibilitou agrupar os empreendimentos e caracterizar o perfil industrial de cada aglomerado paraibano. A partir desta caracterização, fomos a campo investigar a logística da indústria local, quais as maiores despesas para manter o empreendimento funcionando, principais relações comerciais de compra e venda, e por fim se as empresas fazem uso de matéria-prima ou recursos naturais locais e se possuem algum tipo de incentivo fiscal ou locacional.

O grupo composto por 14 empreendimentos juntos empregam 2.021 funcionários. Seis, das 14 indústrias fazem parte de programas de incentivos e dez utilizam matéria-prima local. Entre os maiores custos para o funcionamento da produção foram citadas as despesas com mão de obra e encargos sociais, energia, logística, tributos e impostos. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2013, nos municípios de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Patos, Campina Grande e João Pessoa. Municípios estes que foram selecionados por comporem os três aglomerados industriais de maior dinamismo no estado. A figura 2 representa a localização das empresas.

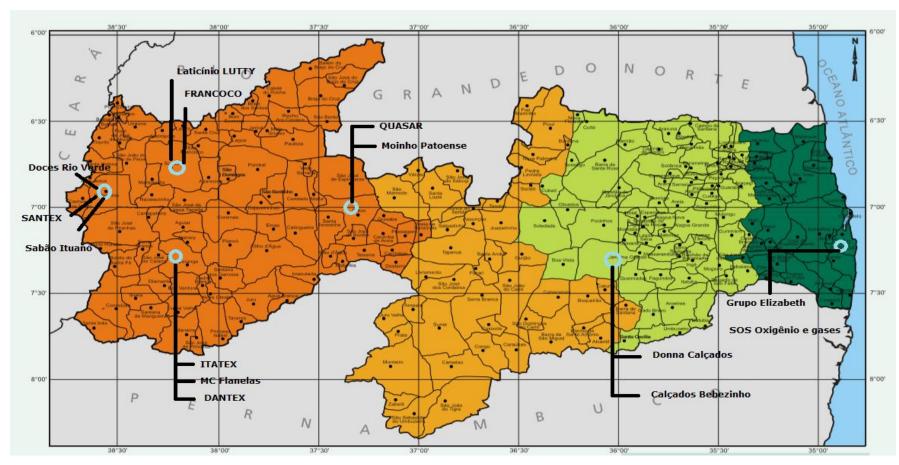


Figura 2 – Distribuição espacial das empresas pesquisadas

Fonte: IDEME, 2011. Adaptado por Andreza Albuquerque, 2013.

3.1.1 Grupo Elizabeth

O Grupo Elizabeth é formado por quatro indústrias cerâmicas, sendo que dessas, três estão localizadas na Paraíba, duas mineradoras e uma indústria de cimento que está em processo de instalação no município de Alhandra. A Elizabeth Revestimento, fundada em 1991, localizada no distrito industrial de João Pessoa, emprega 410 funcionários, a Cerâmica Elizabeth LTDA também funciona em João Pessoa e gera 290 postos de trabalho, já a Elizabeth Porcelanato está localizada no município do Conde e emprega 420 funcionários. Uma das mineradoras do grupo tem sede em João Pessoa, mas que extrai 98% da matéria prima para as cerâmicas de vários municípios paraibanos, sendo a maioria atividade no município de Pedra Lavrada. A outra mineradora está vinculada a indústria cimenteira e tem previsão de iniciar as atividades em junho de 2014. Para complementar a matéria prima paraibana, o grupo importa do Piauí uma argila especial para a produção do porcelanato e caulim do Rio Grande do Norte que corresponde a 1% da composição do produto. A produção de cerâmica é toda dedicada ao Nordeste, no entanto, os estados da Paraíba e Pernambuco correspondem a 70% das vendas, já do porcelanato 80% fica no nordeste e 20% vai para o sul do país. Todas as indústrias são incentivadas e tem maior custo para funcionamento das despesas com o gás natural que somam 50 milhões anuais.

3.1.2 SOS Oxigênio e gases medicinais e industriais

A indústria de oxigênio foi fundada em 2002 e desde então funciona no Distrito Mecânico de João Pessoa. Possui 24 funcionários que retiram do ar gases medicinais e industriais para a produção de misturas a exemplo do acetileno, argônio, Co², Nitrogênio, Óxido nitroso, e oxigênio medicinal e industrial. Os insumos para a produção da SOS são adquiridos em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas e Pernambuco. Já a produção é destinada a todos os estados do Nordeste, principalmente os estados do Rio Grande do Norte, Ceará e a Paraíba. A indústria não recebe incentivo fiscal e entre as maiores despesas está a carga tributária.

3.1.3 Calçados Bebezinho

A Indústria de Calçados Bebezinho está localizada no polo calçadista de Campina Grande desde 2006. Com uma produção mensal de 12 mil pares de calçados infantis de couro sintético, emprega 10 funcionários. 100% de sua produção é vendida no Nordeste, sendo distribuída entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão que absorvem 90% da produção, os outros 10% ficam na Paraíba. A matéria prima vem de São Paulo. Já outros insumos como embalagens são adquiridos nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. A indústria é

incentivada pelo FAIN e destaca os custos com matéria prima e energia como sendo os maiores gastos para o funcionamento da empresa.

3.1.4 Donna Calçados

A Donna Calçados é uma indústria campinense com produção mensal de 3 mil pares de calçados. Instalada desde o ano 2000 no Polo Calçadista de Campina Grande, atualmente emprega 21 funcionários. O couro, sua principal matéria prima, é adquirido nos curtumes do município, já os demais insumos, como o tecido, são adquiridos no Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. Sua produção é destinada ao Rio Grande do Norte, Pernambuco. A sua loja de fábrica fica instalada num anexo ao estabelecimento. As despesas com matéria prima são apontadas como os maiores custos.

3.1.5 Moinho Patoense

O Moinho é uma empresa especializada em beneficiamento de produtos alimentares de origem vegetal (café, arroz, amendoim, milho) e está instalada no município de Patos desde 1987, empregando 160 trabalhadores. Sua produção é distribuída no Estado, já as matérias primas para a produção industrial vêm dos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Ceará. É uma indústria incentivada pelo FAIN e destaca os custos dos encargos sociais com mão de obra como sendo as maiores despesas.

3.1.6 Quasar Produtos de Limpeza

A Indústria de Produtos de Limpeza Quasar está localizada na cidade de Patos, onde iniciou suas atividades em agosto de 2000. Com 52 funcionários, a Quasar produz amaciante de roupas, lava roupas líquido, desinfetantes, limpador perfumado, lava pisos, detergente, lava louças, limpa alumínio, cera líquida, naftalina e lustra móveis, para o mercado consumidor dos nove estados nordestinos. Sua matéria prima, quando não é importada da China e Estados Unidos, é adquirida em São Paulo. Os tributos e impostos são os maiores custos da empresa.

3.1.7 MC Flanelas

A indústria de flanelas MC está localizada no município de Itaporanga desde o ano 2000. Possui 101 empregados. O fio, matéria prima da sua produção, é adquirido nos estados da Paraíba e Sergipe. Sua produção de 40 toneladas de flanelas é repassada através de distribuidoras para todo o Brasil. Entre os maiores custos estão os gastos com mão de obra.

3.1.8 **DANTEX**

A DANTEX indústria têxtil localizada em Itaporanga produz 50 toneladas de pano de prato e pano de chão desde 2004. Com 90 funcionários, a indústria destaca o custo com mão de obra como sendo seu maior gasto. O Fio que é a base de sua matéria prima é comprado

tanto na Paraíba quanto no Ceará. Sua produção é vendida para todo o Brasil, mas destaca-se os estados da Bahia e Brasília.

3.1.9 ITATEX

Com 250 funcionários a ITATEX, indústria têxtil de Itaporanga, produz aproximadamente 1 milhão e 300 mil peças de pano de prato e pano de chão. João Pessoa, Fortaleza e Recife são as capitais nordestinas de onde são comprados os fios, matéria prima da indústria e demais insumos como embalagens; 5% de sua produção abastecem a Paraíba, e 95% são repassados para os demais estados brasileiros com destaque para São Paulo e Manaus. As despesas com matéria prima representam 70% da receita da empresa. A ITATEX é pioneira no município e está em funcionamento desde 1996.

3.1.10 Sabão Ituano

A indústria de Sabão Ituano funciona no Distrito Industrial de Cajazeiras desde o ano de 2008 e possui 11 funcionários. A matéria prima para a fabricação das 10 mil caixas de sabão mensais é adquirida no município de Sousa, já os demais insumos são trazidos de Campina Grande. O produto final é voltado ao mercado consumidor do alto Sertão da Paraíba. Os maiores custos são com aquisição de matéria prima.

3.1.11 Agroindústria FRANCOCO

Instalada no Distrito Industrial de Sousa, a Agroindústria conta com 12 funcionários para produzir 10 mil quilos de polpa e 1000 litros de óleo de coco que são destinados às fábricas de doce dos estados de Minas Gerais e São Paulo. O coco, sua principal matéria prima, é adquirido no município. Os demais insumos são comprados em Recife e Campina Grande. A indústria é incentivada pela CINEP. Entre as maiores despesas estão os gastos com funcionários.

3.1.12 Doces Rio Verde

Instalada em Cajazeiras desde 1976, a Rio Verde Doces conta com 50 funcionários e produção mensal de 12 mil quilos de doces de banana, goiaba e coco. Os estados da Paraíba e São Paulo são seus principais fornecedores de frutas para a produção do doce. Os municípios paraibanos de Bonito de Santa Fé e Sousa são seus atuais fornecedores de banana e coco. Devido à seca, a polpa da goiaba passou a ser trazida de São Paulo, as embalagens são compradas em Pernambuco. Sua produção é exclusiva do nordeste, sendo os estados do Ceará e Piauí seus principais consumidores. A Paraíba também é mercado consumidor, mas em escala menor. A logística de entrega da produção é feita por responsabilidade da empresa, o

que acaba tornando os gastos com transporte a maior despesa da indústria. Atualmente não possuiu incentivos fiscais por já ter sido beneficiado pelo FAIN.

3.1.13 Laticínio Lutty

Localizado no Distrito Industrial de Sousa, o laticínio produz leite e queijo desde o ano de 2003. Atualmente conta com 10 funcionários, quadro reduzido em 45% no ano de 2013 devido o longo período de estiagem. Conta com uma produção diária de 6 mil litros de leite, toda a sua produção é vendida na Paraíba. A matéria prima, o leite, é comprada de produtores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (Pronaf) dos municípios paraibanos de São José de Piranhas, Bonito de Santa Fé, Triunfo, Pombal e Sousa. Os demais insumos são adquiridos nos estados nordestinos de Alagoas e Pernambuco. A indústria recebeu incentivo locacional da CINEP para se instalar em um dos galpões do Distrito Industrial. No ano de 2013 teve projeto do FAIN aprovado para ampliar sua produção, mas ainda não foi utilizado. Entre os maiores custos para funcionamento estão os gastos com matéria prima.

3.1.14 SANTEX – Fiação

A Santo Antônio Indústria Têxtil e LTDA/ SANTEX – Fiação está instalada em Cajazeiras desde 2001. Com produção de 250 toneladas de fio por mês, a indústria emprega 110 funcionários; 60% do poliéster - matéria prima da sua produção - vêm da Ásia, Indonésia e China, os outros 40% vem de Pernambuco e Santa Catarina, pois o produto brasileiro é bem inferior à matéria prima adquirida no mercado internacional. Sendo assim, a mesclagem foi uma opção para manter o preço e a qualidade do produto final: o fio 8 que é utilizado na confecção de redes e mantas. O destino final de sua produção é o Nordeste, representado pelos municípios de São Bento (PB), Jardins de Piranhas (RN) e Caraibeiras, Distrito do município de Tacaratu (PE). Os maiores custos para a produção é a energia elétrica. A SANTEX é uma indústria incentivada pelo FAIN, com abatimento do ICMS, e pela SUDENE através de abatimento no imposto sobre o transporte marítimo utilizado para a importação da matéria prima.

Quadro 2 – Perfil das indústrias pesquisadas

Identificação	Natureza do empreendimento	Empregos gerados	Incentivos	Principais despesas
Empresa 1 - Grupo Elizabeth	Cerâmica, mineração e cimento	1.120	FAIN estadual e municipal	Gás natural
Empresa 2 - SOS Oxigênio	Gases do ar e misturas	24	Não possui incentivos	Carga tributária
Empresa 3 - Bebezinho	Calçadista	10	FAIN estadual	Materia prima e energia
Empresa 4 - DONNA	Calçadista	21	FAIN estadual	Matéria prima
Empresa 5 - Moinho Patoense	Alimenticía	160	FAIN estadual	Encargos sociais
Empresa 6 - Quasar	Produtos de limpeza	52	FAIN estadual	Impostos
Empresa 7 - MC Flanelas	Têxtil	101	Não possui incentivos	Mão de obra
Empresa 8 - DANTEX	Têxtil	90	Não possui incentivos	Mão de obra
Empresa 9 - ITATEX	Têxtil	250	Não possui incentivos	Matéria prima
Empresa 10 - ITUANO	Produtos de limpeza	11	Não possui incentivos	Matéria prima
Empresa 11 - FRANCOCO	Alimenticía	12	FAIN estadual	Mão de obra
Empresa 12 - RIO VERDE	Alimenticía	50	Não possui incentivos	Transporte
Empresa 13 - Laticínio LUTTY	Alimenticía	10	FAIN estadual	Matéria prima
Empresa 14 - SANTEX	Têxtil	110	FAIN estadual e SUDENE	Energia elétrica

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

3.2 A indústria paraibana na concepção dos gestores

Entre as vozes representativas no segmento institucional foram ouvidas o presidente da Federação das Industrias da Paraíba, Francisco Benevides Gadelha e o vice governador do Estado da Paraíba, Rômulo Gouveia. A conversa descrita a seguir foi conduzida no intuito de caracterizar, na percepção dos entrevistados, o perfil da indústria paraibana, qual atribuição é dada a indústria no processo de desenvolvimento do estado, quais seriam os desafios do setor industrial e quais os possíveis caminhos para que o setor apresente resultados mais expressivos no cenário socioeconômico paraibano. Sendo assim, o texto será apresentado em duas categorias: uma primeira nomeada de "Panorama Industrial" e uma segunda intitulada de "Política de Industrialização".

3.2.1 Panorama Industrial

A Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) destaca que a trajetória industrial da Paraíba, assim como as demais cidades nordestinas, começou pela cana de açúcar, depois da cana tiveram mais dois ciclos: do couro, marcado pela migração do canavial para habitar os campos mais distantes, por não suportar o julgo do senhor de engenho, e o ciclo do algodão. Dessa forma, a Paraíba criou uma estrutura na qual perdurou durante muito tempo, apoiada na cana de açucar, no algodão e na pecuária, economia fundada sobre o sistema de subsistência. Como apresentado nos capítulos anteriores, esse perfil fortaleceu a indústria tradicional de bens de consumo que, desde então, exerce forte influência na dinâmica econômica paraibana. Esse contexto histórico na compreensão dos gestores institucionais entrevistados, conduziu a Paraíba a "um novo mosaico industrial", a um novo ciclo composto por uma indústria mais diversificação não diminui, na compreensão da FIEP, o papel do setor tradicional, devido ao fato de reconhecer que o "setor caçaldista, tirando a construção civil, é o mais importante da economia paraibana". Complementando o pensamento institucional sobre o panorama industrial a FIEP assegura:

Há também um grande crescimento, uma grande expectativa para o setor mineral, porque nós temos um polo cimenteiro expressivo no litoral da Paraíba principalmente nas cidades do Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã. Há várias indústrias de alimentos importantes no nosso Estado. Nós temos também o setor moveleiro que cresce com expressão em todo o estado, principalmente na capital, isso demonstra que estamos vivenciando um novo ciclo de industrialização e de uma forma generalizada (FIEP, 2013).

Como assinalado, o setor mineral da Paraíba tem crescimento por meio da indústria cimenteira. A atividade vem sendo desenvolvida desde a década de 1980 com a instalação da primeira indústria de cimento do estado, e a previsão é de que até o final de 2014 estejam funcionando no estado cinco indústrias do ramo. Um incremento pontuado com importância pelos gestores, devido à baixa evolução do setor mineral que nestes últimos anos pouco evoluiu por não beneficiar seus minérios em solo paraibano. Cenário que, segundo o Governo estadual, tende a mudar devido aos fortes investimentos em cooperativas e arranjos produtivos que venham beneficiar a matéria prima extraída, agregando valor à produção antes vendida em estado bruto.

Nesse sentido e comungando com o cenário industrial apontado pela FIEP, o Governo do Estado reforça que a Paraíba esta vivenciando um "momento industrial maravilhoso". E se credita a isso a chegada de novos empreendimentos industriais de grande porte para as regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, como destaca o discurso do Governo:

Estamos consolidando o polo cimenteiro que caminha para a Paraíba ser a segunda maior produtora de cimento do Brasil. Por outro lado, estamos investindo fortemente na cadeia produtiva da FIAT, onde várias empresas que irão compor essa cadeia vão estar se instalando em Pedras de Fogo, Alhandra, litoral sul da Paraíba. Campina Grande também está vivendo um momento importante com a confirmação da instalação da montadora de ônibus IBRAVA e da chegada da fábrica de aviões. Além disso, a Paraíba tá se consolidando como grande Centro Distribuidor por estar geograficamente e logísticamente bem localizada no Nordeste. Estamos ganhando vários grupos atacadistas, grandes redes, o que reforça o meu pensamento de que estamos vivendo um momento importante (GOVERNO DO ESTADO, 2013).

A aposta industrial do Estado está tanto nos novos empreendimentos quanto nos investimentos possíveis capitaneados pela instalação de uma indústria automobilística no estado vizinho, Pernambuco, próximo a divisa com a Paraíba. Até o momento da realização da pesquisa, investidores responsáveis pelas empresas, Indústria Brasileira de Veículos Automotores (IBRAVA), Paradise Indústria Aeronáutica, o grupo americano McQuilling Services LLC, responsável pela instauração da Empresa de Docagens, Pedra do Ingá (EDPI), que irá ofertar reparos a navios de grande porte, e a EFG – Automação e Robotização de Linhas de Montagem, pertencente ao Grupo GME Brasil, assinaram protocolos de intenção de investimento junto ao Governo do Estado, mas não há previsão de início das atividades dos referidos empreendimentos. (PARAÍBA, 2013).

Ainda sobre a pluralidade industrial apontada pelos gestores, apesar da notória concentração dos novos investimentos entre as regiões da Mata Paraibana e Agreste, os entrevistados ressalvam que a distribuição espacial do mosaico industrial paraibano não se restringe apenas as regiões citadas e isso se dá devido à representatividade de alguns setores, a exemplo do polo têxtil de Itaporanga e São bento, e do polo de confecções em Catolé do Rocha, cidades do Sertão do estado.

Em Itaporanga são mais de 20 empresas têxtil produzindo produtos simples como flanelas, panos de prato, mas que empregam muita gente, gera muita renda. Temos também o polo de rede de São Bento, já em Catolé do Rocha nós temos um polo de alumínio, um de lingerie, um de bonés, um de redes. Em Sousa nos temos indústrias químicas, indústria de sabão. Patos também tem um polo calçadista expressivo, Guarabira tem um polo de confecções muito grande. Essas são apenas para citar como é a nossa diversidade, há realmente uma grande diversidade dentro desse mosaico industrial do nosso Estado (FIEP, 2013).

Diante dos discursos apresentados percebe-se que a Paraíba está sendo conduzida, involuntariamente ou não, a uma nova segregação espacial da indústria, onde cada mesorregião corresponde a um cenário neste "mosaico industrial". Os grandes investimentos industriais anunciados não ultrapassam as fronteiras do Agreste, beneficiando regiões já favorecidas economicamente, fato que tende a acirrar as disparidades intra-regionais no estado.

Em suma, a descrição permite caracterizar o perfil industrial paraibano da seguinte forma: o Sertão com as indústrias tradicionais de calçados, têxtil e confecções; a Borborema continua como fornecedora de minerais para a indústria; já o Agreste e a Mata Paraibana compõem, na atualidade, os novos cenários de investimentos industriais do estado e atualmente vislumbram a instalação de indústrias de perfil tecnológico avançado.

O cenário otimista apresentado possibilitou os seguintes questionamentos: diante deste mosaico considerado expressivo, por que o setor industrial da Paraíba não apresenta indicadores mais expressivos na economia do Estado? Para a FIEP as causas para a não "decolagem" da indústria local está no mito de que não valeria a pena investir em uma região que não possui mercado interno.

Bom, durante muito tempo se criou um mito de que aqui não tinha consumo. Isso é uma grande inverdade. Nós temos consumo, muitas empresas estão vindo do sul buscar o consumo aqui. Só para um lembrete rápido, em Campina Grande foram instalados recentemente o Macro, o Extra, o Carrefour, o Atacadão, o Carajás e ainda está para se instalar o Assaí, o que dá a demonstração de que há um grande mercado consumidor. E é exatamente em cima disso que temos que pensar o futuro da industrialização

do Estado, acabar com a história de que a Paraíba não tem consumo (FIEP, 2013).

Quebrado o mito de que a Paraíba não teria consumo suficiente para desenvolver-se industrialmente, os entraves para a expansão do setor industrial no estado estariam ligados a questões nacionais que envolvem o trinômio sistema tributário, legislação trabalhista e regulação ambiental. Na visão da FIEP, esses seriam desafios não só para a Paraíba, mas para o crescimento industrial do país, pois "nada no mundo é tão complicado quanto no Brasil para se instalar uma empresa", pontuou o entrevistado, enfatizando que os problemas para o crescimento industrial local não diverge dos "gargalos" nacionais.

Assim nós temos uma dificuldade como em todo o país que é o sistema tributário, ainda é completamente desorganizado e o responsável por tudo isso é o ICMS. (...) Então nós temos esse sistema tributário que precisa ser modificado e essas legislações ambientais que infuenciam nas questões de exploração do extrativismo mineral e vegetal, por exemplo, tem que ser modificados para que as empresas consigam se instalar com mais facilidade (FIEP, 2013).

Ainda segundo o entrevistado, as questões ambientais compõem a agenda de competitividade da indústria por estar dentro do espectro de vantagens. Ser sustentável assegura que o empreendedor irá deixar seu "legado as gerações futuras". Sendo assim, não seria válido a apropriação da "máxima" de que a exploração econômica do meio ambiente é causadora de danos ambientais irreversíveis, como estratégia de inibição de novos empreendimentos industriais.

Quanto a legislação trabalhista, ressalta-se o fato do Brasil ter uma justiça especializada no trabalho, porém fomentadora de conflitos.

Há um receio muito grande de todas as empresas quando se trata de questões relativas ao trabalho, isso precisa ser tratado de forma adequada, que seja permitida a flexibilidade do trabalho, precisa-se de uma negociação ampla entre os sindicatos e as empresas. Que o negociado prevaleça sobre o legislado, isso é o que é importante (FIEP, 2013).

O gestor institucional pondera que a instituição que ele representa não é contra os direitos legítimos dos trabalhadores, e sim defende maior liberdade de negociação entre os atores envolvidos. "É preciso que os sindicatos possam, por exemplo, negociar diretamente com as empresas as jornadas de trabalho", enfatiza.

Ainda sobre os desafios do processo industrial no estado, questionou-se a situação hídrica da Paraiba, e se ela era considerada pelos gestores como um entrave para a indústria local. Na percepção do governo "a água é um grande desafio", pois atualmente a região

Nordeste vem acumulando três anos de escassez, "mas isso é um problema para quem precisa de água para produzir", afirmou o governo paraibano, que entre as ações, em curto prazo, para enfrentamento da seca está a perfuração de poços para atender as necessidades econômicas e sociais. E a longo prazo, as obras de Transposição do Rio São Francisco e do canal Acauã-Araçagi estão sendo apresentadas como soluções de segurança hídrica para o estado.

Já na percepção da FIEP, a seca ao longo dos anos influenciou bastante na economia paraibana, principalmente a agroindústria. A historiografia evidencia que de grande exportador de algodão o estado passou a importador da fibra, e a escassez hídrica teve sua contribuição para que se chegasse a esse cenário. Recentemente o longo período de estiagem tem trazido prejuízos imensuráveis para a pecuária, mas "apesar dos rebanhos que foram dizimados, a gente já estava vivendo um novo ciclo, um novo mosaico industrial com a indústria bem diversificada", ressaltou o entrevistado que garante que, sendo assim, não há como dizer que a água afeta a indústria negativamente como nas situações passadas.

Diante da exposição apresentada percebe-se nos discursos dos gestores que apesar do esforço de apresentar um setor industrial que tem evoluído para um novo e mais diversificado ciclo, o que se constata na própria fala é um estado que continua como produtor de bens de consumo, tendo o setor calçadista como o de maior impacto econômico. Entre os outros pontos citados como caracterizador do "momento maravilhoso" da indústria paraibana está a consolidação do polo cimenteiro e a atração de indústrias de grande porte, tanto para Campina Grande, quanto para o litoral norte e sul da Paraíba, no entanto, tais investimentos soam como vislumbres de um crescimento que ainda está para se concretizar, pois das cinco indústrias de cimento que irão compor o polo, duas ainda estão em fase de construção. Quanto às novas indústrias, a exemplo da empresa automobilística, do estaleiro e da indústria de robotização, nenhuma está em funcionamento, ou seja, não possuem resultados ou impactos econômicos que caracterizem mudanças no perfil industrial do estado.

3.2.2 Política industrial

Desde que a Constituição Federal de 1988 caracterizou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) como sendo de controle estadual que ele vem sendo utilizado como o caminho mais rápido para a atração de investimentos industriais pelos governantes estaduais. Estratégia que divide a opinião dos atores ouvidos, que a princípio criticam a utilização do ICMS como ferramenta, entretanto, reconhecem que é desta maneira que conseguem atrair investimentos para os estados que estão fora das rotas dos grandes empreendimentos. O termo Guerra Fiscal é utilizado para caracterizar pejorativamente a política de incentivo fiscal, que

tem como instrumento o ICMS e que na visão institucional está terminando por ser "autofágica", por destruir o potencial de criatividade dos Estados quando o assunto é crescimento econômico. Na percepção da FIEP no modelo atual de incentivação fiscal o planejamento saiu de cena, passando a vigorar nesse cenário os "leilões" propostos pelo mercado. Tal visão é ilustrada pelo pensamento descrito abaixo:

Você oferece terreno, galpão, incentivo fiscal, um pouco mais que o outro, mas numa guerra fiscal quem tem mais munição é que ganha a parada. A gente não consegue uma FIAT para a Paraíba porque não tem condições de doar mais de 700 hectares em uma área valorizada, nós não temos condições de pagar 200 milhões só por um aterro para uma única empresa. De vez em quando tem um estado que se disponibiliza a fazer isso. A Bahia tomou a FORD do Rio Grande do Sul oferecendo muito mais vantagens comparativas. Nós tínhamos uma Azaléia que vendeu o passe para a Bahia, que depois vendeu o passe para Sergipe (FIEP, 2013).

As razões para a conotação negativa dada à expressão Guerra Fiscal vão desde o leilão desleal entre os estados para quem oferece mais vantagens, aos possíveis prejuízos finaceiros dos pequenos estados. Para conseguir atrair grandes investidores, esses pequenos estados acabam cedendo mais do que o tesouro estadual suporta subsidiar em troca de vagas de emprego. É consenso entre os entrevistados que a política com base na concessão de incentivos fiscais não é vantajosa para um estado importador como é o caso da Paraíba, no entanto, o governo estadual reconhece que a política industrial que vigora no estado está fundamentada nessa dinâmica de concessão de incentivos.

Quando uma indústria vem se instalar aqui [na Paraíba] ela quer desde a matriz energética à infraestrutura de estradas. É uma série de fatores e vantagens, uma verdadeira guerra. E essa guerra resulta em concorrência com todos os estados, para atrair é preciso dar infraestrutura e o incentivo fiscal, aí a política acaba sendo essa mesmo que nós estamos fazendo, não tem outro caminho no momento. (GOVERNO DO ESTADO, 2013).

Em um cenário positivo da Guerra Fiscal, os vencedores ganham não apenas com a atração de um só investimento, mas também com a atração das demais indústrias que compõem a "cadeia produtiva" do empreendimento incentivado. A concorrência entre os Estados é uma realidade preocupante, mas o que o governo considera como entrave principal da política de incentivos seria conseguir conciliar a atração de novos e grandes investidores com o fortalecimento do empresariado que já está investindo na região, mas não consegue mais inserir-se nessa dinâmica de incentivos cobertos pelo FAIN.

Aí a gente tem uma visão de atrair novas empresas, mas é preciso fortalecer as empresas locais, dar o mesmo tratamento, a mesma política, porque não é

justo que uma empresa que já está há tantos anos aqui, que gera emprego, que gera renda, tenha tratamento diferenciado. Essa é a nossa preocupação (GOVERNO DO ESTADO, 2013).

Nesse caminho, a estratégia mensurada pelo governo para dar igualdade de condições aos empresários que investem na Paraíba é composta por duas frentes, a primeira diz repeito ao fomento dos atrativos do estado no quesito infraestrutura e a segunda se enquadra na criação de linhas de ações, que favorecem tantos os micro empresários locais, quanto os pequenos empreendimentos que queram ou que já estão instalados no estado. Como exemplo deste pensamento foram citados pelo governo o programa de concessão de crédito, o Empreender Paraíba e os atrativos infraestruturais: porto marítimo de Cabedelo e a nova rede de fibra ótica instalada no estado.

A Paraíba tem uma série de atrativos que faz com que a gente tenha vantagem de ganhar em detrimento de outros estados. Um atrativo é o porto de Cabedelo, temos um porto que está crescendo e que tava sendo pouco utilizado, que tem tarifas mais rentáveis e é muito mais prático trabalhar com Cabedelo do que com Suape (PE), aqui destrava bem mais rápido. Na parte de tecnologia estamos investindo na rede de fibra ótica interligando a região metropolitana de João Pessoa a rede em Campina Grande. A gente tá com um programa para essa faixa de pequenas e médias empresas com o Empreender Paraíba, além de aberturas de linhas de crédito com apoio do Banco do Nordeste e do SEBRAE (GOVERNO DO ESTADO, 2013).

O entendimento da FIEP sobre um caminho positivo para o crescimento econômico da Paraíba comunga com o discurso do Estado, por considerar que a melhor estratégia está na valorização da micro e pequena empresa. Para a Federação, o crescimento industrial do estado estaria condicionado a uma política organizada que:

Favoreça a micro e pequena empresa, e não nessa guerra que a gente não sabe pra onde vai. Um dia aparece uma empresa que um dia quer se instalar, no outro foge, é melhor você ter uma programação, programar o seu próprio desenvolvimento em cima das vantagens comparativas que nós temos aqui (FIEP, 2013).

E entre as vantagens comparativas a Federação destaca o potencial do estado para a formação profissional, que tem como peça fundamental neste processo o sistema de ensino que é parte integrante do Sistema de Federação das Indústrias, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que atua nos setores industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços, como assistência técnica e tecnológica, pesquisa aplicada e informação tecnológica.

O SENAI da Paraíba, de acordo com as informações da FIEP, tem buscado ampliar a oferta de vagas nos cursos de formação para a indústria, em 2011 foram matriculados 35 mil

alunos, em 2013 o SENAI passou a atender mais de 70 mil alunos e o objetivo, segundo o entrevistado é terminar 2014 com um número superior a 80 mil alunos. Além do potencial educacional, pontos como mobilidade urbana e qualidade de vida tenderão a contar em favor do estado, é o que frisa o gestor.

Quando questionada sobre o papel da indústria no desenvolvimento econômico, a FIEP foi categórica em afirmar que o melhor caminho para o efetivo desenvolvimento econômico da Paraíba é investir no potencial industrial, com uma programação própria de desenvolvimento e "não a reboque da situação de vários estados que estão numa guerra fiscal em que uma hora a gente ganha, outra hora se perde", assegurando que:

A indústria e a agroindústria é o caminho melhor que a Paraíba tem, a indústria é o único setor superavitário do estado. Nós exportamos mais do que importamos dentro do país. Nós temos que ampliar o nosso setor industrial. A indústria é o maior gerador de emprego, maior pagador de impostos. O que falta é termos recursos para fomentar as micros e pequenas empresas porque já são daqui, tem endereço fixo, não precisamos ficar negociando, é só a gente fomentar aproveitando os mapas de potencialidade (FIEP, 2013).

Já o Estado acredita na indústria como "um dos caminhos" para o desenvolvimento, entretanto, destaca a "indústria do turismo" como uma estratégia forte a ser traçada na busca do desenvolvimento da Paraíba.

A indústria é um dos caminhos, na verdade uma indústria muito forte que a Paraíba tem é o turismo. Estamos consolidando o centro de convenções com várias feiras. A Paraíba tem o Vale dos Dinossauros em Sousa, Pai Mateus em Cabaceiras, a cachoeira do Roncador e o Caminho do Frio no Brejo, a gastronomia, uma série de fatores e tudo isso está começando a ampliar nos últimos tempos com a abertura de linhas de crédito, apoio do SEBRAE e Banco do Nordeste (GOVERNO DO ESTADO, 2013).

Considerando os posicionamentos apresentados pontua-se que a pluralidade de caminhos para o crescimento econômico é importante, pois abrange um leque maior de oportunidade e favorece as vantagens competitivas locais, no entanto, a dificuldade na indefinição da vocação da região limita as possibilidades de se despontar tanto para o industrial, quanto para o turismo. Sem identidade, o Estado fica a mercê dos grupos políticos e seus projetos de governo ou dos direcionamentos nacionais.

Como apresentado no decorrer da exposição, o estado não conta com um plano de industrialização. O que vigora são ações de fomento e atração de empresas com o subsídio do FAIN e facilitação de crédito para o pequeno empreendedor local e cooperativas, por meio do Empreender. A ausência de uma política industrial tende a prolongar a existência do que se

foi apontado como principais entraves do processo, pois não há como se resolver os impasses da guerra fiscal, questões tributárias, ou amenizar os impactos negativos das legislações ambientais e trabalhistas sem uma política voltada para o setor industrial.

3.3 A ótica do empresariado local sobre os entraves que limitam o crescimento industrial na Paraíba

Quais seriam os principais entraves para o desenvolvimento do processo de industrialização da Paraíba, no pensamento dos industriários? Todos os empresários entrevistados foram unânimes no quesito dificuldades de encontrar serviços de manutenção e reparos para equipamentos industriais. Quando precisam de uma manutenção mais detalhada de equipamentos, os industriários recorrem a empresas que estão instaladas nos grandes centros produtores dos seus respectivos segmentos ou a profissionais autônomos, como é o caso da indústria de laticínios LUTTY, que compra equipamentos e adquire assistência técnica na região sudeste, referência no segmento.

Equipamentos, peças e a manutenção vêm tudo de fora. Aqui não tem nada para laticínios, as máquinas para a ampliação da produção foram compradas da Nestlé. Geralmente compro equipamentos em Minas Gerais, São Paulo e Porto Alegre. (LUTTY, 2013).

Situação que se repete com o Grupo cerâmico Elizabeth, que quando necessita de manutenção em máquinas mais específicas do processo produtivo da cerâmica recorre a uma empresa especializada no ramo.

Nós recorremos a outro estado quando precisamos de algum tipo de manutenção específica, é de São Paulo a metalúrgica que faz esse tipo de manutenção em máquinas de cerâmica. (GRUPO ELIZABETH, 2013)

O empresário da agroindústria Francoco assegura que também sente dificuldades em conseguir serviços de manutenção de máquinas e equipamentos, para o entrevistado a Paraíba é carente no que diz respeito à manutenção. "Se um ralo de coco quebra ou a caldeira, a indústria para até conseguirmos alguém de fora para consertar", frisou o empresário.

Outro ponto elencado como entrave seria o alto custo com a logística de se conseguir pessoal especializado para suprir as necessidades de manutenção. É o que destaca o empresário da Rio Verde Doces, que quando necessita de algum tipo de reparo para o maquinário: " é preciso contratar alguém de fora, o que aumenta e muito as despesas, porque

além do valor das diárias ainda é preciso custear transportes, hospedagem e alimentação do profissional". (Rio Verde, 2013).

Como exposto, a dificuldade de aquisição de máquinas e equipamentos industriais e a oferta de serviços de manutenção são apontados como entraves para o funcionamento da indústria de todo o estado, sendo assim, não é mérito apenas das regiões mais afastadas da capital paraibana, onde a oferta de serviços tenderia a ser maior. Tal desafio reflete negativamente no cenário da oferta de recursos humanos qualificados e no desempenho dos cursos de qualificação profissional voltados para a indústria, próximo ponto a ser debatido.

3.3.1 Recursos humanos e oferta de cursos de qualificação profissional

Mesmo nos mais diferentes ramos industriais, há dificuldades de se encontrar recursos humanos com qualificação profissional adequada às exigências da indústria. É assim no ramo dos laticínios, como relata o empresário da LUTTY:

Aqui não tem pessoas com capacitação para trabalhar no ramo (laticínios). Hoje não estamos produzindo leite fermentado porque não tem mão de obra especializada que saiba fazer. A capacitação é feita toda fora, envio para Juiz de Fora e Campinas, se o SENAI tivesse um curso técnico em laticínios seria muito interessante, a Escola Agrotécnica de Cajazeiras tem o curso técnico em laticínios, mas os alunos chegam aqui e não sabem fazer um queijo (LUTTY, 2013).

Repete-se também no setor cerâmico, que ressalta: "se quisermos achar mão de obra já formada temos que tirar de outra empresa", isso por que aqui na Paraíba não existe uma formação dirigida para esse setor, é o que garante o representante do Grupo Elizabeth, ressalvando também que para a indústria de cimento, empreendimento do grupo na Paraíba, o pessoal estratégico para atuar nas áreas chaves de gerência e supervisão de qualidade foram selecionados em São Paulo e Santa Catarina.

Mesmo quando a exigência do conhecimento técnico não é prioridade há dificuldades, é o que assegura o empresário da indústria alimentícia Moinho Patoense: "Eu tenho que fazer os vendedores porque o nível de estudo é muito baixo", assegura.

O cenário se repete mesmo entre os segmentos: calçadista e têxtil, que compreendem os setores mais antigos em atividade no estado. Para a dirigente da indústria têxtil de Itaporanga, a ITATEX, "a área têxtil é bem específica e precisa que as pessoas tenham capacitação". Na compreensão da empresária, a dificuldade de adquirir recursos humanos qualificados os acompanha desde o início da atividade, por sua indústria ter sido a pioneira no

segmento na região do Vale do Piancó, as pessoas foram formadas no dia a dia da fábrica. Para a empresária, as dificuldades em formar mão de obra qualificada estariam tanto na distância da região em relação aos grandes centros produtivos da indústria têxtil, pois uma capacitação profissional mais específica dependeria de um profissional formado na área que pudesse vir treinar sua equipe, quanto na dificuldade de se conseguir parcerias com o SENAI para a qualificação do profissional têxtil.

Nossa referência em formação profissional é o SENAI, o vemos como a melhor porta de qualificação que a gente poderia ter em nível técnico, eles têm profissionais capacitadíssimos, no entanto, eles têm mais propaganda e pouca ação. É muito blá, blá, blá, conversas e conversas, e não tem a atuação que deveriam ter. A gente vê pela televisão, eles têm muita capacidade técnica, mas a atuação é fraquíssima (ITATEX, 2013).

A dirigente da empresa citada agrega também o cargo de secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e preside a Associação Têxtil do Vale do Piancó, órgãos que buscam desenvolver o segmento industrial da região. Segundo ela, é através da associação que eles têm conseguido montar oficinas de qualificação de torneiros mecânicos e costureiros de máquina industrial.

A realidade do polo calçadista de Campina Grande não se distancia das demais, no entanto, a empresária entrevistada destaca que o maior desafio está na conscientização do profissional para a importância de se qualificar.

O povo não se interessa. Como é pra trabalhar na produção o povo que se interessa é aquele que não gosta de estudar, aí não tem qualificação, querem apenas uma forma de ganhar dinheiro. Têm os cursos profissionalizantes no Centro de Tecnologia do Couro e Calçados do SENAI, a gente dá preferência em pegar gente de lá, mas daí você vê, vem uma turma de 12 e só ficam dois (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013)

A empresária citada explica que é no SENAI que sua indústria obtém o desenvolvimento tecnológico e mão de obra. "É lá [no SENAI] que montamos a escala de modelagem e buscamos a mão de obra, já tivemos cinco ou seis funcionários que vieram de lá, não tinham experiência, mas aprenderam aqui na fábrica", ressalta.

Para o gestor da indústria de gases do ar, localizada na capital paraibana, os recursos humanos seriam o maior problema da indústria devido à escassez do profissional com formação técnica.

Toda hora nós estamos carentes de mão de obra para determinadas funções aqui da empresa. Muitas vezes nós estamos trazendo uma pessoa sem formação nenhuma, formamos aqui dentro da fábrica e isso é moroso,

atrapalha o processo produtivo. É um custo para a empresa ter que montar a escolinha, o laboratório para formar o profissional. (SOS OXIGÊNIO, 2013)

Complementando o pensamento, o empresário expõe que é necessário que a iniciativa pública faça seu papel de incentivadora da formação profissional, pois apesar da grande diversidade de cursos técnicos e do crescente número de vagas em cursos do Sistema de Aprendizagem Industrial, estes não estão suprindo as necessidades do mercado por terem se desfiado do foco principal que seria a formação da vocação do jovem, como frisa o depoimento a seguir:

Fui aluno do SENAI, e o que o SENAI perdeu? Perdeu o foco. No meu tempo o SENAI tinha como objetivo profissionalizar o jovem, você acha que uma pessoa consegue decidir sua vocação profissional em 90 dias? Em três meses de curso com quatro horas por dia? Será que uma pessoa vai identificar o que quer ser para o resto da vida? Antigamente o curso do SENAI pegava o jovem entre 13 e 14 anos que começava em um curso de tipografia, passava para eletricidade e terminava sem nenhum por que descobria que não tinha vocação, mas em compensação não chegava em uma indústria com um diploma, pra passar 90 dias não render e a empresa ter que procurar outro. Hoje o SENAI oferta muitos cursos, mas a qualidade... (SOS OXIGÊNIO, 2013).

Ainda segundo o empresário, sua indústria já foi parceira do SENAI para escolher os melhores alunos, mas, mesmo estes, não tinham a vocação para o trabalho industrial. Parceria esta firmada também pela indústria de calçados Bebezinho, que tentou montar uma turma de estagiários na linha de produção, mas não houve sucesso.

A gente abriu aqui para 12 alunos, gastamos matéria prima por que eles colocaram tudo a perder, não se aproveitou nada. O povo vem de lá e é só a misericórdia, até o instrutor ficou perdido, pois tinha experiência de 10 anos atrás, quando entrou aqui tudo modernizado ficou desorientado (BEBEZINHO, 2013).

Para a empresária, os custos de um processo de reciclagem dos profissionais que atuam na área da formação profissional deveriam ser financiados pelo estado. "O ideal seria que o estado financiasse a reciclagem dos instrutores dentro das fábricas", enfatizou.

A situação descrita pelos dirigentes das indústrias é alarmante, porém não pode ser vista como uma surpresa diante do conhecimento do baixo rendimento educacional no estado, que apresenta alto índice de analfabetismo funcional que atinge 33,4% da população paraibana. Um desafio que agenda o tema educação como um dos entraves para o desenvolvimento da economia do estado diante das limitações da qualificação profissional.

Apesar de ainda não conseguir atender a demanda industrial, a educação técnica e superior tem avançado na Paraíba, seguindo uma tendência nacional de interiorização, nos

últimos 10 anos foram instalados campus universitários de instituições públicas (federal e estadual), Institutos Federais de Educação Tecnológica e dos Centros de Educação Tecnológica. Com exceção do município de Itaporanga, as demais cidades onde ocorreram as entrevistas possuem ao menos um campus universitário e um Instituto Federal de Educação Técnica e Tecnológica, como ilustra a figura 4.

CATOLÉ DO ROCHA

CUITE

BANANEIRAS

PATOS

POMBAL

CALAZERAS

PATOS

PAT

Figura 3 – Distribuição espacial das universidades públicas, institutos federais e educação tecnológica para a indústria na Paraíba

 $Fonte: Google\ Imagens.\ Adaptado\ por\ Andreza\ Albuquerque,\ 2013.$

No entanto, percebe-se pelo cenário descrito e pelos gestores industriais que os desafios desse entrave educacional perpassam o quesito oferta de cursos, esbarra no interesse vocacional e se fundamenta na necessidade de se repensar qual o tipo de formação que está sendo oferecida aos que buscam qualificação. Já se verificou que a oferta atual não tem suprido as necessidades de uma indústria, que apesar de tradicional, vem modernizando e exigindo um novo perfil de funcionário. Nesse ambiente cabe ser repensado também o papel das universidades paraibanas que, como formadora de recursos humanos de alto nível, não tem aparecido nesse cenário como elemento decisivo na superação da formação profissional de qualidade. O desafio então é aproximar o conhecimento difundido no ambiente acadêmico com os interesses do mercado.

3.3.2 Infraestrutura do ambiente industrial do Estado

Quando questionados sobre a infraestrutura do Estado, os industriários são categóricos em apontar que as maiores dificuldades infraestruturais estão nos distritos industriais onde as empresas estão instaladas, para eles não há infraestrutura adequada para o ambiente industrial, como relata o empresário instalado no distrito industrial em Sousa: "o local onde estamos instalados não tem infraestrutura adequada, falta calçamento, esgotamento sanitário. Quando chove aqui fica uma vergonha", afirmou o empresário do laticínio LUTTY.

No município vizinho, Cajazeiras, a situação não é diferente, como afirma o industriário do Sabão Ituano, "fui o primeiro a chegar aqui no distrito industrial de Cajazeiras, a infraestrutura é péssima, quando chove é um carro puxando o outro porque atola" (SABÃO ITUANO, 2013).

As dificuldades são relatadas também por industriários instalados no distrito industrial de João Pessoa, como aponta o gestor da SOS Oxigênio:

Nós não temos infraestrutura, falo de vias, iluminação, acessibilidade, temos um distrito onde as carretas têm dificuldade de entrar por conta das ruas estreitas, vias urbanas que não tem, por exemplo, placas sinalizando quais empreendimentos estão instalados ali. Temos uma boa localização, porém sem infraestrutura. (SOS OXIGÊNIO, 2013)

Ainda sobre a questão da infraestrutura da localização das indústrias, apresenta-se um relato interessante do Grupo Elizabeth que está instalando um empreendimento industrial em uma das regiões mais valorizadas atualmente, o município de Alhandra, que compõe a região a qual tem sido considerada o novo polo de desenvolvimento paraibano. Por ser a atual "a menina dos olhos" do Estado questionou-se se havia algum benefício em questões de infraestrutura para se instalar na região. De acordo com o depoimento do empresário "no papel eles prometem tudo, mas quando chega a hora de ser colocar em prática a história é bem diferente".

O papel no qual o empresário se refere é o protocolo de intenções de investimento que a empresa firma com o Estado estabelecendo quais os benefícios que a empresa vai receber, suas responsabilidades e as responsabilidades do Governo. Nesse protocolo ficou a cargo do Estado arcar com a infraestrutura de estradas, rede elétrica e perfuração de poço para o fornecimento de água, no entanto, nada foi concedido e teve de ser arcado pela empresa. Despesas estas que somam 22 milhões de reais. Segue o relato:

Quando assinamos o protocolo de intenções com o Estado ele se comprometeu em construir a estrada, a rede elétrica, esgoto, perfurar os poços. Quando começou a obra tivemos que fazer a estrada, que era um trecho de terra de 7,5km, que liga a cidade [Alhandra] à fábrica, onde tinha uma ponte que só suportava carroça, então foi preciso construir uma estrada, que estava no protocolo como responsabilidade do Estado. Chega lá pra

cobrar eles dizem que não tem verba, só no ano que vem por que é licitação, aí como não dá para esperar mais um ano então fizemos o acordo de construir a estrada e receber como desconto do ICMS. Pagamos 11 milhões de reais e vamos receber em 24 meses sem nenhuma correção ou juro. O mesmo ocorre com a rede elétrica, o Estado é quem era para fazer as desapropriações de onde irá passar a rede, mas nós é que estamos fazendo e tentando junto ao Estado que haja uma compensação financeira, porque também não dá para esperar. É uma rede de 22 km, que custa 12 milhões e que era compromisso do Estado. Do listado no protocolo, o que talvez saia são os poços que a CINEP irá construir, já está em licitação, mas se demorar muito nós é que teremos que fazer. (ELIZABETH, 2013).

A situação chamou a atenção porque contradiz a versão do Governo de que a atual política industrial do Estado tem suas bases na oferta de incentivos fiscais e infraestrutura. A questão que se aparenta é que, caso a indústria não tenha condições de arcar para o governo essas despesas, ela não terá como se instalar. Mesmo que o Estado compense financeiramente, como no caso da empresa mencionada, esse reembolso ocorre a longo prazo.

Os desafios de infraestrutura continuam em Itaporanga, único município do grupo estudado que não possui um distrito industrial administrado pela CINEP. Mesmo assim, as indústrias estão situadas umas próximas das outras em um loteamento que as identifica, pelo município, como região industrial. Diante do crescimento do setor têxtil, em breve essa área abrigará um condomínio industrial financiado pela iniciativa privada, onde serão construídos galpões para a instalação de indústrias de grande e pequeno porte.

Nesse contexto, as dificuldades de infraestrutura para os empresários de Itaporanga que estariam diretamente ligadas à ação estadual é o fornecimento de energia elétrica para a indústria. Na avaliação dos empresários a energia é péssima, instável e de baixa frequência para a atividade industrial, segundo relatos dos administradores da DANTEX e MC Flanelas, ambas indústrias têxteis, além de terem de driblar a má prestação do serviço, as soluções para a ampliação da voltagem da rede esbarra em um processo burocrático que interfere ainda mais no processo produtivo. "A gente entra com um processo de ampliação de energia, demora no mínimo seis meses, será que uma empresa pode esperar seis meses por uma ampliação de energia?" relata o empresário da MC Flanelas. Em situação parecida se encontra a DANTEX:

Na minha porta tem uma rede de energia passando, mas eu tenho que ter um projeto para poder engatar três fios lá, por que a rede é rural e eu pago como indústria, aí tem que ter um projeto. Mas quando os chefes passam aqui é dizendo: "vou colocar energia pra vocês." Eu só não sei quem são esses vocês, por que a rede já passa aí do nosso lado, mas tenho que fazer um projeto e esperar seis meses. (DANTEX, 2013).

Nas indústrias de Cajazeiras, Sousa, Campina Grande e João Pessoa também houve relatos de instabilidade da rede elétrica, mas que já notificaram o órgão competente e que, depois dos reparos, houve melhora no funcionamento.

Aparentemente, o Estado tem se mantido ausente do enfrentamento das questões infraestruturais, apesar de protegido por uma burocracia licitatória, que ao mesmo ponto que o respalda, entrava o processo de desenvolvimento econômico.

Ainda no contexto da infraestrutura dedicamos à questão da água um lugar de importância por nossa região estar inserida no contexto semiárido e que, periodicamente, tem sua economia impactada por conta dos ciclos de seca. Sendo assim, apresentamos adiante a percepção dos industriários sobre a oferta de água e suas implicações socioeconômicas.

3.3.3 Água

A questão da oferta de água se apresentou como um problema não só para aqueles que precisam de água para sua produção ou dos que dependem do abastecimento público. Aqueles que dependem do fornecimento de água da Companhia de Águas da Paraíba (CAGEPA) se encontram em situação ainda mais complicada, devido ao período de estiagem, no qual a Paraíba e o Nordeste vêm enfrentando nos últimos três anos. Os empresários do sertão do estado estão preocupados com o futuro breve, caso não haja um novo ciclo de chuva, como frisa o proprietário do laticínio no município de Sousa:

Nós estamos preocupados com o problema da água. Precisamos de 20 mil litros de água por dia e dependemos apenas do abastecimento da CAGEPA. Para o consumo fora da indústria estamos procurando alternativas, cavando poço. Se não chover a coisa vai ficar complicada (LUTTY, 2013).

Questão posta também pelo empresário de doces do município de Cajazeiras que também depende do abastecimento da CAGEPA, mas que já pensa em perfurar poços. A falta de água afetou também a oferta de matéria prima, que passou a ser comprada fora da Paraíba.

A indústria depende do abastecimento de água de Cajazeiras, a água da Várzea de Sousa não beneficia o nosso município, não possuímos controle sobre essa água. A solução é abrir poços. A falta de água afetou a produção, passamos a comprar polpa de fora, de São Paulo, antes vinha de Sousa. (DOCES RIO VERDE, 2013)

Crise que se repete na indústria de produtos de limpeza QUASAR, no município de Patos, que além da irregularidade do abastecimento se sente prejudicada pela má qualidade da água devido ao período de estiagem. "A água sofre umas variações de qualidade muito grande

nesse período, quanto mais o tempo vai ficando seco mais vai alterando a qualidade da água", ressalta o empresário que tem a água como base de sua produção, por dia a indústria utiliza 60 mil litros de água apenas na produção. Para o problema da qualidade da água dos poços a empresa investiu em filtros, mesmo assim não conseguiu resolver o entrave.

Ainda nos caminhos do sertão, em Itaporanga, a indústria têxtil é abastecida pela água de açudes e poços, não depende do abastecimento público, mas nem por isso está a salvo. De acordo com o empresário da MC Flanelas, a sua indústria está limitada quanto ao crescimento devido ao restrito acesso a água. "hoje eu não aumento a minha produção por falta de água. O problema da gente é água. Ninguém pode forçar porque não sabe até quando vai essa situação de seca", assegurou. Para a produção de suas 40 toneladas de flanelas mensais a indústria consome 6 milhões de litros de água.

Na mesma situação relatada está a DANTEX, que chegou a parar sua produção durante 12 dias aguardando a perfuração de poços. "Em 2012 chegamos a ficar 12 dias parados, por conta da água, até perfurar os poços, mas com essa seca doida aí o poço é provisório, acaba".

Na percepção dos dirigentes das indústrias de Itaporanga a questão hídrica, apesar da influência determinante do clima, se tornou uma questão política, acusando os políticos locais de fazer uso da água como elemento de "politicagem". Para o empresário da MC Flanelas: "Água é política. Nas bacias de Santa Inês e do Rio Piranhas tem água, mas eles (os políticos) ficam segurando a água lá para fazer politicagem", ressaltou.

Na mesma linha de pensamento a empresária da ITATEX reforça que a questão hídrica é um ponto que o governo tem que tomar uma providência. Na sua compreensão o Nordeste sempre foi seco, mas o Estado prefere usar a seca como forma de se fazer política. "A seca é positiva para o político, porque é com a seca que o Nordeste consegue verba do Governo Federal e no final das contas nada é feito. Eles deixam a bagaceira acontecer para vir com migalhas e isso é uma forma de barganhar com o povo", ressaltou em tom de denúncia.

Ultrapassando as fronteiras do sertão descobrimos que a escassez hídrica afeta as indústrias calçadistas de Campina Grande, indiretamente, devido ao impacto no seu mercado consumidor, como destaca a empresária da indústria de calçados Bebezinho, que mesmo não utilizando a água no seu processo produtivo, sofre com os impactos socioeconômicos desencadeados com o atual ciclo de seca.

Mas por que a seca lhe afeta se você não tem problema com água? Aí eu lhe digo, mas e o meu mercado? Quem me compra é o agricultor, e o agricultor precisa de quê? De água. Com essa seca não colheram, não plantaram nada, não colheram nada, estão sobrevivendo pela misericórdia de Deus. Os que

recebem uma aposentadoria estão comprando comida, não vão deixar de comer para comprar um calçado. Aí atinge o setor de calçados, o comércio. Aí cadê o financiamento do Estado para esse período de crise? Não tem (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013).

Situação semelhante acontece com a indústria de calçados DONNA, que relata que o período de estiagem provocou queda no seu faturamento devido à baixa na procura de calçados, no período de janeiro a junho de 2013. "Muitas cidades que dependiam da agricultura economicamente estavam mais receosos em comprar, caíram as vendas de janeiro a junho e tivemos também redução de pessoal nesse período", afirmou a administradora da DONNA.

Dados divulgados no portal da Secretaria Nacional de Defesa Civil informam que; em 2013 apenas 20 municípios paraibanos não decretaram estado de emergência devido ao longo período de estiagem; dos 203 que decretaram, 195 repetiram a ação durante mais de uma vez no ano. A aceitação por parte do Governo Federal do decreto de emergência dos municípios ocasiona a liberação de verbas emergenciais, que chegam mais rápido aos cofres municipais e que devem ser usadas para amenizar os efeitos danosos da seca.

É sobre essa estrutura de concessão de verbas emergências que recai a crítica dos empresários sertanejos de que a seca traz rentáveis vantagens à classe política. Na percepção empresarial é pela facilidade de se lucrar com cenários calamitosos que não se avança com políticas públicas de prevenção e enfrentamento da escassez hídrica.

A denúncia dos industriários sertanejos e o pensamento crítico dos empresários campinenses, discorridos na pesquisa, contradizem o discurso governamental de que a água é um problema exclusivo de quem faz uso da água no seu processo produtivo e que a ação do governo do Estado de perfuração de poços tem amenizado a situação.

A questão é que , assim como denunciado por Furtado na década de 1950, a seca no Nordeste ainda não deixou de ser um problema político com implicações que a transforma em catástrofe social.

3.3.4 Financiamentos, Incentivos Fiscais e legislações

Seis das 14 indústrias que participaram da entrevista estão inseridas no programa de incentivos fiscais do FAIN, mantido pelo Governo do Estado através da CINEP. As empresas

beneficiadas avaliam positivamente a forma de incentivo através do empréstimo subsidiado do valor do ICMS destinado ao governo. De acordo com o empresário da SANTEX, que recebe incentivo tanto do Governo Federal, por meio da SUDENE, quanto do governo Estadual, o Governo Federal tem incentivado pouco, por isso para as indústrias a melhor opção hoje é o incentivo estadual. "O incentivo Federal hoje é muito pequeno, o maior incentivo que se tem hoje é o estadual", o FAIN destacou.

Entre os beneficiados existem também os que tiveram a aprovação do projeto, mas que ainda não usufruem o benefício, como é o caso da indústria LUTTY, que apesar de ter conseguido se beneficiar, ressalva que o processo para adquirí-lo é burocrático e seletivo aos interesses da classe política.

A Paraíba conta com 28 laticínios, atualmente estou à frente do Sindicato dos Produtores Lácteos da Paraíba (Sindleite-PB) e vejo um certo desprezo com o Sertão. Se quisermos um incentivo temos que correr atrás da CINEP, arrumar um político para ver se as coisas andam. É preciso correr atrás com um pires na mão pedindo. Um desprezo total. Não é assim que se incentiva a indústria e olhe que no meu caso somos parceiros do Governo, devido ao Programa do Leite (LUTTY, 2013).

As dificuldades burocráticas para conseguir ter acesso ao incentivo estadual também foi uma queixa da indústria de alimentos Moinho Patoense: "é muito burocrático para arrumar um incentivo desse", assegurou o empresário que também é um dos beneficiados pelo FAIN.

Problemas que são mensurados também pelos representantes de Itaporanga, que garantem que estão impedidos de crescer pela falta de incentivos. Os entrevistados são categóricos ao afirmar que ou tem contrapartida do governo através de incentivos ou a indústria têxtil da região do Vale do Piancó irá estagnar. "Crescer só se for na ilegalidade", é o que garante a empresária da ITATEX:

Incentivo não tem, é zero. Cada dia que passa as empresas aqui da região estão buscando se legalizar, andar no caminho certo, dentro dos padrões exigidos e ao passo que isso vai acontecendo vamos sufocando. Com o crescimento tem que mudar a tarifação de impostos. A situação tá começando a incomodar, chega a um ponto de estagnar. Como concorrer com as empresas ilegais? Ou tem algum tipo de incentivo ou para de crescer. O que está acontecendo é isso, e vai depender dos órgãos governamentais olhar para a região, é preciso dar uma contrapartida. Itaporanga é uma das cidades que mais cresce no estado. Ou tem contrapartida ou as empresas vão estagnar. Crescer só se for na ilegalidade e isso nós não queremos". (ITATEX, 2013).

A asfixia tributária descrita pela empresária é ressaltada também por seu "colega" do ramo têxtil que se sente "descapitalizado" e impedido de crescer por falta de incentivos, como destaca o administrador da DANTEX:

Nós não temos o que produzir se não for através da indústria, uma região seca dessa! A gente vai trabalhando e investindo, e sem o incentivo do governo a gente não faz mais nada. Nós estamos nos descapitalizando porque não tem condições de crescer por causa da carga tributária. Precisamos ampliar e renovar máquinas (DANTEX, 2013).

Solidário aos colegas, o também empresário do ramo têxtil reforça a crítica de que, para chamar a atenção da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba, é preciso apoio político: "conhecemos a CINEP por nome. Hoje a CINEP só atua em João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, onde tem políticos. Como aqui nós não temos representação política, nós não temos a CINEP", garantiu o industriário da MC Flanelas.

Há também a realidade daqueles que já obtiveram incentivos do FAIN, mas como já foram beneficiados uma vez não tem como adquirir novo incentivo, a não ser que renove sua estrutura e aumente sua capacidade de produção e geração de empregos, como é o caso da Indústria de Doces Rio Verde. Essa indústria ressalta que não é possível fazer uma modernização e ampliação de sua produção devido aos altos custos com financiamento que, segundo ela, se torna um custo bastante elevado para o pequeno e médio empreendedor. "A carga tributária é muito alta, é muito dinheiro que o governo leva e na atual situação só quem está sendo favorecido com incentivos são os grandes empresários que vem de fora", lamentou.

Sobre financiamentos, alguns dos empresários entrevistados enfatizaram que a dificuldade de se conseguir financiamento para aquisição de máquinas e ampliação da produção não está na oferta do crédito, mas sim nas condições impostas para que esse crédito seja conseguido, ou você tem algo a oferecer como garantia ou não tem crédito, "tem que dar a garantia de: se não pagar, eles terem aquele bem para tomar", é o que garante a empresária do ramo de calçados:

O Banco do Brasil, BNDES tem financiamento pra tudo que você imaginar, mas está aqui a máquina para financiar, você está com seu crédito, mas o que você tem para garantir? Se não tiver não compra a máquina. E se o meu desenvolvimento depender dessa máquina eu vou ficar parada. É uma fantasia dizer que ajuda. (CALÇADOS BEBEZINHO, 2013).

Ainda segundo a empresária, a situação descrita retrata o tipo de empreendedorismo aplicado no Estado. "Se eu estou começando como pequeno empreendedor, eu não tenho nada, como vou conseguir financiamento? O Governo peca nisso", assegurou.

Já sobre questões envolvendo a legislação trabalhista apontada pela FIEP como um dos entraves para o crescimento da indústria, poucos entrevistados souberam ou quiseram opinar, no entanto, o relato do polo têxtil de Itaporanga chamou atenção pela forma como os

empresários denunciaram o problema, para eles em Itaporanga está se formando um "cartel do seguro desemprego".

"O povo aqui de Itaporanga trabalha pelo seguro desemprego. A previdência hoje tá quebrada por quê? É muito bom trabalhar seis meses e folgar três recebendo seguro. E ainda tem empresário que emprega clandestinamente, para pagar menos de um salário, como uma grana extra no período em que se está recebendo o seguro". (ITATEX, 2013).

"É tipo um cartel em prol do seguro desemprego", caracterizou o empresário da MC Flanelas, que se diz prejudicado por estar formando mão de obra para as indústrias clandestinas, pois o funcionário é admitido, recebe instrução passa meses trabalhando até garantir o recebimento do seguro e então começa a não render mais na atividade até que a empresa o demita. O empresário garante que perde tempo e dinheiro nessa situação porque vai ter de adquirir um novo funcionário e refazer todo o processo de treinamento.

E no que diz respeito às legislações ambientais, a reclamação se deu não apenas pelos custos para obtenção dos registros, mas sim pela inércia dos órgãos responsáveis por fiscalizar e garantir a legalização da atividade industrial.

Como relata a QUASAR, fabricante de produtos de limpeza, a empresa gasta 10 mil reais anuais com renovação das licenças ambientais, além do custo considerado alto, ainda tem que enfrentar um processo burocrático e longo. "Fomos avaliados pela vigilância no mês 3 [março] e só agora [setembro] que recebemos a licença, e em dezembro já tem que renovar de novo, pagar de novo. Só com as renovações anuais é um custo de 10 mil reais", destacou.

O grupo Elizabeth também relata a morosidade do processo que considera "um mal necessário". Segundo o empresário, as licenças da fábrica de cimento demoraram um ano para serem liberadas. "Apresentamos um EIA/RIMA de cinco mil folhas, é muita burocracia. E tem que ser periodicamente renovada", relatou. Para ele o problema maior está na falta de uma estrutura adequada à demanda:

Atrasa a implantação dos projetos porque não existe uma estrutura adequada à demanda de licenciamentos. Um exemplo, nós fomos a SUDEMA e eles exigiram um laudo do IPHAN, aí fomos procurar. Chegando lá, só com um mês é que teria alguém disponível. Funciona assim o processo. É um entrave que não é desnecessário porque precisa dessa regulamentação, mas atrapalha. É um mal necessário. (GRUPO ELIZABETH, 2013).

Para o empresário da SOS Oxigênio, a demora no processo de licenciamento ocorre em consequência da falta de uma política que atenda as necessidades das indústrias. "Noventa dias esperando o órgão me dizer se o espaço era apto ou não para se implantar um determinado empreendimento na região, é fora de foco, é sem sentido e isso se deve a falta de

uma política exclusiva para a indústria". Ainda segundo o gestor é necessário agilidade quando se tratam de legislações, licenciamentos ambientais, porque "quando se trata de iniciativa privada tempo é dinheiro", finalizou.

3.3.5 Política Industrial

Quando questionados sobre o tema política industrial do estado, mesmo aqueles que estão inseridos na dinâmica de isenção do ICMS que o Estado caracteriza como política industrial, os empresários opinaram ressaltando que, caso houvesse uma política industrial, a situação econômica da Paraíba estaria em outro patamar de desenvolvimento.

As falas apontam para a necessidade de uma maior presença dos gestores para caminharem juntos no trajeto da superação dos entraves discutidos ao longo do trabalho. Cada empresário conduz sua fala com um elemento que deveria contar na almejada política industrial, seja através da viabilização de estudos, como pontua o industriário do Sabão Ituano: "se o Estado viesse aqui em Cajazeiras e fizesse um estudo para saber o que gera emprego, mas fica aí batendo cabeça. Falta incentivo, falta política pública". Para ele, o financiamento direto seria um bom caminho para a geração de emprego. "A gente vê notícias de que o BNDES deu 200 milhões para uma empresa. Se pagasse 20 milhões e trouxesse para uma cidade como essa estaria todo mundo empregado", ressalta.

Para a SANTEX, "a Paraíba só tem uma solução, a industrialização" e o caminho está na redução dos impostos: "caso houvesse uma política industrial no Estado com redução de impostos era possível melhorar a questão salarial. Hoje temos uma carga tributária de quase 40%, não temos muito o que fazer". Quanto à atração de grandes investimentos o empresário opina:

Há quanto tempo a Paraíba não recebe uma grande indústria? As indústrias grandes não querem vir pra cá, só com incentivos. Falta uma política mais agressiva no sentido de atrair indústrias para o Estado. Citando um exgovernador da Paraíba, João Agripino: "a Paraíba só tem uma solução, a industrialização". Veja o exemplo de Cajazeiras, aqui não se gera riqueza como antes se gerava com o algodão. Hoje tudo aqui tem que ser transformado. Temos apenas uma agricultura de subsistência que se a pessoa vier atrás para comprar umas seis sacas de arroz não encontra, se vender falta pra alimentação. A agricultura na Paraíba é zero. Só temos uma solução, transformar. (SANTEX, 2013).

Comungando com o que já foi exposto, destaco a opinião de um empresário de João Pessoa, ele assegura que uma "política arrojada de industrialização", mesmo que custasse a arrecadação zero de ICMS, ainda era vantagem para o Estado porque: "quando uma indústria

chega além dos empregos diretos, ela traz a receita para fomentar o comércio, a região como um todo. Se o Estado tivesse uma política mais arrojada para atrair indústrias mudaria a realidade do lugar", assegurou.

Finalizo a exposição do discurso empresarial com o pensamento da empresária do ramo calçadista de Campina Grande, ela acredita que "se o governo olhasse para a indústria com incentivo, nós iríamos revolucionar a Paraíba". Para ela tudo é questão de política, mas falta visão dos representantes paraibanos que aparentam "estar voltados para os seus próprios interesses".

Ao longo da exposição percebe-se que o discurso dos empresários e o da FIEP convergem em alguns pontos, principalmente quando apontam que entre os entraves para o crescimento da indústria paraibana estão questões como carga tributária e dificuldades de lidar com a legislação trabalhista e ambiental. Ambos ressaltam também, a reduzida eficiência dos órgãos públicos, principalmente os fiscalizadores e prestadores de serviços, fundamentais para a atividade industrial, como os fornecedores de rede elétrica e os responsáveis por licenças ambientais, por exemplo, como "gargalos" que atrasam a expansão da indústria.

No entanto, os empresários são mais críticos e reforçam que os desafios vão além dos pontos listados pelos gestores. Precária formação de recursos humanos para a atividade industrial, limitada oferta de cursos de qualificação profissional, inadequada infraestrutura dos ambientes (distritos industriais) onde as indústrias estão inseridas, e a questão da escassez hídrica e uso político da água representam entraves que impõem limites ao crescimento industrial da Paraíba, mas não são enxergados pelo Estado e nem tão pouco pela FIEP.

Enquanto a FIEP ressalta o aumento da oferta de cursos nos últimos dois anos, os empresários além de criticarem a pouca atuação da Instituição, principalmente nas cidades do Sertão, sinalizam que o SENAI estaria formando um profissional que não atende as necessidades da indústria. Outro ponto de discordância que põe os empresários em lado oposto ao governo e FIEP é no que diz respeito aos problemas hídricos, no qual o estado enfrenta sazonalmente. Na percepção dos empresários, nos tempos de escassez, a falta de água impacta tanto no âmbito social, quanto no econômico devido à retração do consumo. Outro ponto denunciado é que a água ainda é elemento de barganha política, principalmente nas cidades do Sertão paraibano.

As percepções do empresariado sobre os desafios da indústria paraibana comungam também com a visão acadêmica exposta no decorrer do segundo capítulo, quando Polari (2010) e Cavalcanti (2011) alertavam que os entraves para o desenvolvimento do processo de industrialização da Paraíba estariam relacionados à ausência de uma política industrial. Esse

fator estaria reduzindo a capacidade de financiamento dos governos estadual e municipal, gerando recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente, restrita oferta de serviços voltados à indústria, infraestrutura deficiente, limitação de recursos naturais, ausência de estudos que identifique melhor as oportunidades de investimento, por fim, baixa participação do setor moderno e de alta tecnologia na dinâmica da cadeia produtiva da indústria.

O discurso institucionalizado da FIEP volta a convergir com o empresarial no momento em que afirmam a necessidade de se implantar uma política industrial que venha a combater os impactos negativos que atualmente impossibilitam o desenvolvimento da indústria local.

Já a visão do Estado se assemelha ao pensamento da FIEP por apresentarem uma Paraíba industrial inserida em um "novo ciclo" de industrialização, baseado em um "mosaico diversificado". No entanto, a caracterização do perfil industrial mostrou que, pelo número industrial por segmento, a Paraíba continua por ser especializada na produção de bens de consumos não duráveis. Os aglomerados industriais do estado abrigam 3.366 indústrias, destas, 1.143 fabricam produtos alimentícios, 250 são indústrias do ramo de confecções e vestuário e outras 157 são responsáveis pela produção de artigos de couro e calçados. Complementando a caracterização, os setores têxteis e calçadistas correspondem a aproximadamente 77% das exportações do estado. Vale destacar que essa concentração corresponde a atividade de apenas duas indústrias.

Quanto ao significado e o papel que é atribuído à indústria no processo de desenvolvimento do estado, a Federação das Indústrias da Paraíba estabeleceu em seu discurso o seu papel de entusiasta da industrialização como motor do desenvolvimento econômico. O Governo do Estado, apesar de durante sua fala deixar claro que a indústria paraibana tem um papel importante na economia regional, prefere não se comprometer quando o assunto requer um posicionamento mais enfático sobre a opção industrial como caminho para o desenvolvimento econômico da Paraíba.

Já os empresários apostam na industrialização como elemento capaz de potencializar o crescimento econômico do estado. Para eles, o caminho da industrialização é a melhor estratégia a se seguir pelas seguintes razões: primeiro, por a Paraíba não ter uma agricultura forte, que ultrapasse os limites da economia de subsistência. E como segundo argumento, destaca-se o potencial industrial do estado, que apesar dos entraves listados, a indústria local estaria cumprindo o seu papel de fomentadora econômica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar a percepção que governo e empresários tem do setor industrial na Paraíba. Para tanto, partimos de três questões fundamentais: primeiro, quais fatores favorecem ou limitam o desenvolvimento da indústria no Estado? Segundo, em que questões governo e empresários se aproximam ou tencionam? E por fim, buscamos identificar nos discursos de ambos os atores ao menos indícios do que eles caracterizam como política industrial.

Para o setor empresarial não houve dificuldades em mensurar os principais desafios que interferem diretamente no crescimento industrial. Entre os entraves mencionados foi possível categorizar, devido à maior incidência de registro, os seguintes pontos: restrita oferta de serviços voltados à indústria; recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente; infraestrutura deficiente; falta de água e os impactos econômicos do período da seca; e por fim, dificuldade de conseguir incentivos e financiamentos, além do excesso de tributos.

A falta de empresas prestadoras de serviços para manutenção de máquinas foi uma queixa unânime no relato dos entrevistados. Sempre que há necessidade de reparos nas máquinas é preciso recorrer a empresas que estão instaladas nos grandes centros produtores dos seus respectivos segmentos. As regiões Sul e Sudeste estão entre as regiões mais recorridas. Para os empresários, não contar com serviços dessa natureza no estado, além de onerar os custos da manutenção, atrasa o processo produtivo, pois dependendo da hierarquia da máquina para o processo produtivo, a empresa tende a ter de parar a produção até que se consiga um profissional e o problema seja resolvido.

A mensurada restrita oferta de serviços de manutenção é reflexo do desafio da formação profissional para a indústria. As frases: "Aqui não tem pessoas com capacitação para trabalhar no ramo", "se quisermos achar mão de obra já formada temos que tirar de outra empresa" e "eu tenho que fazer os vendedores porque o nível de estudo é muito baixo" estão sendo destacadas por refletirem o pensamento dos 14 empresários entrevistados. A dificuldade de se encontrar profissionais capacitados foi mensurada como o principal desafio para o crescimento da indústria local. As dificuldades vão desde encontrar recursos humanos para a produção, como para exercer cargo de gerência.

Situação que conflita com o discurso da FIEP, no qual destaca que um dos pontos diferenciais da Paraíba é a oferta crescente de vagas em cursos de qualificação profissional

através do SENAI. Instituição que os empresários destacam como sendo fundamental para a formação de mão de obra para a indústria, mas apesar da vasta oferta de cursos, não tem conseguido atender as necessidades. A crítica empresarial se dá tanto nas limitações para se ter acesso à capacitação do SENAI, que não tem chegado até o Sertão do estado, quanto na qualidade do profissional que está sendo formado.

Outra questão conflitante, agora entre o discurso empresarial e o governo, foi a questão da água e infraestrutura. Quando questionado se a questão hídrica da Paraíba seria um problema para atrair ou manter as indústrias no estado, o governo foi categórico ao afirmar que apesar da água ser um grande desafio para a região Nordeste, na Paraíba essa questão só é problema para quem precisa de água para produzir. Já a percepção empresarial pontua o oposto, a água é um problema não só para aqueles que precisam de água para sua produção, mas também para aqueles que dependem do abastecimento da Companhia de Águas da Paraíba.

Para os segmentos que necessitam da água na produção, a escassez hídrica motivada pelos ciclos de seca na Região influencia tanto na oferta quanto nas variações de qualidade da água. Mesmo perfurando poços artesianos como estratégia de driblar a falta de água, há relatos de empresas que tiveram diminuição no quadro de funcionários e de que não podem aumentar a produção devido à insegurança hídrica atual. Entre as empresas que não utilizam água na produção, o entrave ganha características econômicas devido à diminuição do mercado consumidor.

Já quando o assunto é infraestrutura as reclamações apontam para o ambiente onde as empresas estão instaladas, os distritos industrias que são geridos pela Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP). Para os empresários, falta calçamento, esgotamento sanitário, iluminação adequada, sinalização e acessibilidade. Itaporanga é a única cidade entre as pesquisadas que não possui um distrito industrial. Sendo assim, os desafios no quesito infraestrutura, na visão dos empresários do Vale do Piancó, refere-se às limitações para ampliação da rede de energia elétrica apropriada para a indústria.

Apesar de 8 das 14 empresas pesquisadas receberem incentivos fiscais do Estado, os empresários frisaram a dificuldade de se inserir nos padrões exigidos para obtenção de incentivos fiscais junto a CINEP. Para eles, o processo é burocrático e seletivo aos interesses da classe política. Já o grupo que não possui incentivos fiscais alega que o peso da carga tributária está asfixiando. Na conjuntura atual ou tem incentivo ou irão estagnar. Para o pequeno empreendedor o desafio é conseguir financiamento.

Para a FIEP, as dificuldades para o crescimento industrial da Paraíba são semelhantes aos entraves dos demais estados brasileiros, que é o sistema tributário, devido a prática de incentivo fiscal através do uso do ICMS, a legislação ambiental que limita a exploração do extrativismo mineral e vegetal e a legislação trabalhista, causadora de tensões nas questões relativas ao trabalho.

Em contrapartida, tanto a FIEP quanto o Governo do Estado ressaltam que a Paraíba se destaca com uma série de atrativos que a coloca à frente de outros estados brasileiros. Entre eles, destaca-se a localização geográfica do estado que o aproxima das metrópoles nordestinas (Recife e Fortaleza) e a oferta de transporte marítimo com tarifas mais rentáveis.

Apesar dos mensurados entraves que têm limitado o desenvolvimento industrial, empresários e a FIEP, entidade representativa do setor industrial, defendem que o melhor caminho para o crescimento econômico da Paraíba é a industrialização. Mas, para tanto, é preciso uma política voltada para o segmento.

Já com relação às possíveis características desta política industrial os atores divergem. A FIEP defende que para avançar é preciso acabar com a Guerra Fiscal e conduzir o crescimento a partir de uma política que favoreça a micro e pequena empresa. O foco estaria no empreendedor que já está instalado na Paraíba.

Para os empresários é preciso uma "política arrojada de industrialização" que amenize o peso da carga tributária, mesmo que isso custe ao estado uma arrecadação zero do ICMS. Entraria também nesta política, qualificação profissional e garantia de crédito, principalmente para o pequeno empreendedor.

O Governo ressalta que a política de oferecer infraestrutura e incentivos fiscais é o que se pode ser posto em prática pelo Estado, e que tem trazido resultados expressivos para o setor industrial, já que a Paraíba conseguiu atrair grandes investimentos recentemente, a exemplo de indústrias de ônibus, avião, robotização e manutenção de navios. Cenário que faz o governo acreditar que a Paraíba está em um "momento industrial maravilhoso".

Quando propusemos discutir os dilemas e problemas da indústria na Paraíba, a partir das percepções dos diferentes atores desse processo, sabíamos que teríamos pela frente uma pluralidade de ideias que iriam divergir sobre o cenário industrial paraibano. Enquanto gestores vislumbram, projetam uma realidade industrial que ainda não se materializou, empresários retratam dificuldades arcaicas que se tornam urgentes justamente pelo fato de já serem visíveis, a eles, a um longo tempo.

Entraves que são visíveis também para acadêmicos (POLARI, 2010; CAVALCANTI, 2011), que como apresentado na exposição do perfil socioeconômico na segunda seção desta

pesquisa, apontavam que a causa da involução econômica da economia paraibana estava relacionada a problemas com recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente, restrita oferta de serviços voltados à indústria, infraestrutura deficiente, por exemplo. E assim como os empresários paraibanos, alertam que a causa principal disso está na ausência de uma política de industrial.

Para a indústria falta água, energia, financiamento, profissional com capacitação e principalmente, a presença de um Estado promotor de políticas de desenvolvimento local/regional. Mostramos na revisão bibliográfica que a Paraíba e o Nordeste saíram fortalecidos quando o Estado passou a atuar por meio da política planejada de desenvolvimento. A política da SUDENE inseriu o Nordeste, e a Paraíba, na economia nacional.

O setor industrial da Paraíba foi um dos mais beneficiados com a política industrial da SUDENE, devido ao número de projetos aprovado (SILVA, 2012), fato que ressalta a importância da indústria como estratégia para o crescimento da economia paraibana, e serve para dá subsidio a retórica de que o desenvolvimento econômico é possível quando se tem planejamento e vontade política.

5. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.

ANDRADE. Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. Ed. Ática, 1988, São Paulo.

ARAUJO, M. Geovania da Silva. **Desenvolvimento Local: Os Impactos Socioeconômicos e Urbanos Provocados pelo Crescimento da Indústria Têxtil no Município de Itaporanga-PB.** Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012.

ARAUJO, Tânia Bacelar. Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil. In: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. (Org). Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

_______. Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

______. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? In: Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

______. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. 1999.

Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte011.html Acessado em: agosto de 2013.

______. Propostas para o Nordeste do Século XXI: O Nordeste atual: desafios e prioridades. 2006. In: MONTENEGRO, Rosilene Dias (org). O Nordeste e seus desafios. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

ARRUDA, Elano Ferreira; FERREIRA, Roberto Tatiwa. **DINÂMICA INTRA-REGIONAL DO BRASIL: QUEM DIRIGE O CRESCIMENTO INDUSTRIAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS?** Fórum BNB 2012, Fortaleza – CE. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim3_mesa1_dinamica

_intra_regional_brasil_quem_dirige_crescimento_industrial_regioes_brasileiras.pdf Acessado em: agosto de 2013.

BRASIL, Patrick Morais. **Política de Incentivos Governamentais da Paraíba:** implicações sobre o desenvolvimento industrial e geração de empregos (1988-2003). 2005. Dissertação (mestrado em economia) Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

CARLOS, Ana Fani. Espaço e Indústria. 5º edição. São Paulo: Contexto, 1992.

CAVALCANTI, Carlos Eduardo G; PRADO, Sérgio. **Aspectos da Guerra Fiscal no Brasil**. Brasília IPEA: São Paulo, FUNDAP, 165p, 1998.

CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando M. B; TORRES, Avaní T. G; PEREIRA, Márcia de Lima; ANDRADE, Tabira de Souza; ALMEIDA, Águida C. S. Os Grandes Projetos Federais na economia paraibana e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. In: APOLINÁRIO, Valdênia. SILVA, Maria Luissieu da. (Orgs). **Impacto dos Grandes Projetos Federais sobre os Estado do Nordeste**. Natal- RN: Editora UFRN, 2011

CIRILO, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido. **Estudos Avançados**, vol.22 no.63 São Paulo 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a05.pdf Acessado em: setembro de 2012.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia Social.** [online]. 2007, vol.16, n.1, pp. 45-64. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf Acesso em: setembro de 2013.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A SAGA DE DUAS REGIÕES DO FAZER: as seletividades e as marginalidades do Agreste e do Sertão paraibanos nas divisões territoriais internacional e nacional da produção do algodão. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 2, n. 1, p. 17-36, Jan./Jun., 2012. Disponível em: http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/251/175 Acessado em: junho

FIEP-PB. **Perfil Socioeconômico da Paraíba 2010 -** Fluxos de comércio da Paraíba 2010./Federação das Indústrias do Estado da Paraíba; Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas (SEBRAE). Campina Grande: FIEP/PB, 2010.

----- Cadastro Industrial. Campina Grande: FIEP/PB, 2011. Disponível em: http://www.fiepb.com.br/industria/. Acesso em: setembro de 2013.

2013.

FURTADO, Celso. **Arquivos Celso Furtado nº 3**: o Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964. Editora Contraponto, 2009.

 . Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 2004.
 . A Fantasia Desfeita . São Paulo; Editora Paz e Terra. 2ª edição 1989.
. O GTDN e as exigências da atualidade . In: Arquivos Celso Furtado nº 3: o ga da Sudene 1958-1964. Editora Contraponto, 2009.

GALLIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930**. João Pessoa, Ideia, 1993

GAREIS, Maria da Guia Santos. **Industrialização no Nordeste 1880-1920**. Editora Notrya, 1994.

GUIMARÃES NETO, L. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos**. Planejamento e políticas públicas, IPEA, nº 15, junho de 1997.

GOODMAN, David e; ALBUQUERQUE, Roberto C. **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

GOMES, Ranonildes Alves; OLIVEIRA, Luan Pabllo Silva Oliveira. **O Algodão no Contexto Sócio-histórico do Nordeste**. XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL. UFPI, Teresina-PI. Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT21-07.pdf Acessado em: Junho 2013.

HADDAD, Paulo. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: **A política regional na era da globalização**. IPEA, Debates n.12, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br. Acesso em: setembro de 2013.

INSA, Instituto Nacional do Semiárido. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro 2012. Disponível em:** http://www.insa.gov.br/censosab/. Acesso em: setembro 2012.

KEHRLE, Luiz. MOUTINHO, Lúcia Competitividade presente e esperada de arranjos produtivos de calçados na Paraíba. **Revista Economia Contemporânea.** Dez 2005, vol.9, n.3, p.671-697.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.) **Pesquisa social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 80 p. Disponível em:

http://xa.yimg.com/kq/groups/20876786/665620428/name/Minayo,%2BPesquisa%2Bsocial.p df Acessado em: julho de 2013.

MOREIRA, Ricardo. **O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na crise do século XVIII:** subordinação e autonomia (1755-1799). 2ª Ed. Editora Universitária. João Pessoa, 2007.

PARAÍBA. Decreto n. 17.252, de 27 de dezembro de 1994.

PARAÍBA, Companhia de Desenvolvimento da. **Polos industriais**. Disponível em http://www.cinep.pb.gov.br > Acesso em agosto de 2013.

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que Podemos ser**: da Crítica à Ação contra o Atraso. Editora UFPB. João Pessoa, 2012.

_____. **Economia Paraibana:** Analise, Problemas e Soluções. Editora FUNAPE/UFPB. João Pessoa, 123p, 1997.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em:

http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013 Acesso em: setembro de 2013.

SILVA, Leonardo Alves da. **A Industrialização Incentivada do Nordeste e o caso de Campina Grande.** Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2012.

TAVARES, Hermes Magalhães. **A questão regional no Brasil e a ação do Estado**: 1930-1990. Mimeo, 2006.

_____. Planejamento Regional e Mudança – o projeto Furtado-JK para o Nordeste. Rio de Janeiro. HP Comunicação/UFRJ/IPPUR, 2004.

TORRES, Luciana Silva. **Influência do Desenvolvimento Tecnológico sobre o Desenvolvimento Social a partir aas atividades da Incubadora Tecnológica de Campina Grande, Paraíba**. Dissertação Apresentada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2003.

ZENAIDE, Hélio. História da CINEP. Editora: A União, João Pessoa, 1996.